

**A CONCEPÇÃO DE “ECONOMIA SOLIDÁRIA”
EM PAUL SINGER: DESCOMPASSOS,
CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS**

Por Anderson Ricardo Cornelian

DISSERTAÇÃO APROVADA PELO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SOCIOLOGIA CONFERINDO O TÍTULO DE
MESTRE A *ANDERSON RICARDO CORNELIAN*

Banca examinadora:

Prof^a Dr^a Leila de Menezes Stein

Prof^a Dr^a Gisélia Franco Potengy

Prof^o Dr^o Felipe Luiz Gomes e Silva

ARARAQUARA – 18 DE MAIO DE 2006

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a meu pai, José Batista, e à minha mãe, Ângela Maria, pelo apoio incondicional. Mesmo não sabendo ao certo o porquê de minhas escolhas profissionais, vocês nunca me faltaram e sempre me motivaram. Por esse respeito e por tudo o mais que me deram, meu eterno obrigado.

Meu muito obrigado a minhas irmãs, Andressa e Adriana, pelo carinho constante, vital e inabalável.

Aos meus tios, tias, primos, primas e avó pela torcida, apoio e respeito, obrigado de coração.

Agradeço a meus mestres, amigos e companheiros de pensamento, reflexão, debate e luta da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, em especial aos companheiros da *República Quilombo*. Não poderia registrar aqui o nome de todos os que me ajudaram, pois não há espaço suficiente, mas preciso destacar pelo menos dois nomes: Fábio de Souza Leandrin (Panda) e Marcelo de Godói (Goiabinha).

Meu muito obrigado à minha orientadora e amiga professora Leila de Menezes Stain pela paciência, consideração e confiança.

Por fim, mas não menos importante, quero agradecer ao apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, sem o qual não seria possível a presente pesquisa.

*Eu sou moço, seu moço
E o poço não é tão fundo.
Eu sou velho, meu velho,
Tão velho quanto o mundo.*

(Humberto Gessinger)

*Somos quem podemos ser,
Sonhos que podemos ter.*

(Humberto Gessinger)

*O meu egoísmo é tão egoísta
Que o auge do meu egoísmo
É querer ajudar*

(Raul Seixas)

ÍNDICE

RESUMO p. 07

ABSTRACT p. 09

INTRODUÇÃO p. 11

**CAPÍTULO I - A “ECONOMIA SOLIDÁRIA” SEGUNDO PAUL SINGER:
UM OUTRO MODO DE PRODUÇÃO** p. 14

1. Cooperativismo: um breve apanhado histórico p. 15

1.1 Cooperativa de Consumo: Princípios de Rochdale p. 17

1.2 Cooperativa de crédito p. 20

1.3 Cooperativa de compra e venda p. 22

1.4 Cooperativa de produção p. 22

2. O caráter revolucionário da “Economia Solidária” para Paul Singer p. 24

3. As possibilidades da “autogestão” para Paul Singer p. 29

4. Conclusão p. 32

CAPÍTULO II – A “ECONOMIA SOLIDÁRIA” NO BRASIL p. 34

1. A Economia Solidária enquanto movimento social contemporâneo
concreto no Brasil p. 37

2. Conclusão p. 44

**CAPÍTULO III – UM RECUO NA AFIRMAÇÃO SINGERIANA DA
ECONOMIA SOLIDÁRIA ENQUANTO MODO DE PRODUÇÃO**

EXISTENTE **p. 45**

1. A confusão conceitual dentro da SENAES p. 50
2. Empreendedorismo? p. 55
3. Solidariedade? p. 57
4. Autogestão? p. 62
5. Cooperativismo? p. 66
6. Conclusão p. 69

CAPÍTULO IV – A ECONOMIA SOLIDÁRIA REALMENTE EXISTENTE

NO BRASIL **p. 72**

- A contribuição de Paul Singer p. 76
- A contribuição de Pierre Boudieu p. 80

CONCLUSÃO **p. 88**

BIBLIOGRAFIA **p. 92**

WEBGRAFIA **p. 97**

RESUMO

Palavras-chave: *Cooperativismo – Economia Solidária – Autogestão – Socialismo – Movimento Social – Realidade Brasileira*

Pretende-se com esse texto contribuir ao esclarecimento sobre o entendimento e as perspectivas de Paul Israel Singer quanto à Economia Solidária (ES). No Brasil, a ES surge como um movimento social iniciado por volta dos anos de 1980 em torno de práticas cooperativistas provenientes da busca de trabalho e renda por homens e mulheres desempregados – ou ameaçados de desemprego. Singer, que além de ser um dos autores mais importantes e presentes no movimento da ES, também é o atual coordenador da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Brasil (SENAES), secretaria esta, fruto da demanda de articulações de vários grupos e órgãos de fomento da ES junto aos Fóruns Sociais Mundiais de 2000 a 2002.

Em meio a desencontros e descompassos, Singer afirma de forma pouco convincente que a economia solidária constitui um modo de produção alternativo. Todavia, ao longo de vários textos e artigos, o autor deixa transparecer que tal afirmativa é mais uma aposta utópica, uma possibilidade futura, um desejo político, do que propriamente uma realidade. Ademais, a partir das considerações de Paul Singer, nota-se a fragilidade e a inconsistência do conceito de ES dentro do movimento como um todo e dentro da própria SENAES.

Por mais elementos positivos que os empreendimentos ditos solidários possam oferecer – dentre eles a democracia participativa no interior das cooperativas e o fomento à cultura democrática, ao espírito coletivo e à conscientização sobre a exploração capitalista – vemos que tais empreendimentos apenas têm conseguido, quando muito, oferecer

trabalho e renda temporariamente aos que deles se ocupam. No mais, a economia solidária é um campo de possibilidades. Talvez esse seja seu maior mérito concreto.

ABSTRACT

Keywords: *Cooperativism – Solidary Economy – Self-management – Socialism – Social Movement – Brazilian Actuality*

It's intended with this text contribute with the clearness about the understanding and the perspectives of Paul Israel Singer related to the Solidary Economy (SE). In Brazil, the SE appears as a social movement, which began around the 80's through cooperative experiences deriving from the search of work and revenues by unemployed men and women – or unemployment threatened – in the country. Singer, who is one of the most important and present authors in the SE movement, is also the current Coordinator of the Brazil Solidary Economy National Secretary (BSENS), which is a result of the articulations contest of many groups and agencies from the SE advances inside the World Social Meetings from 2000 to 2002.

Within disagreements and unmeasures, Singer claims in a not very persuasive form that the solidary economy constitutes an alternative way of production. However through many texts and articles, the author insinuates that such alternative is a utopian betting, a future possibility, a political desire than a proper reality. Besides, from Paul Singer's considerations, we see the fragility and the inconsistency of the SE concept inside the movement as a whole and inside the BSENS.

Even with the positive elements that the enterprises, which are said to be sympathetic, can offer – among them the participative democracy inside the collectives and the incites to democratic culture, the collective spirit and to the awareness of the capitalist exploitation – we can see that such enterprises have barely, when it happen, offer job and

revenues temporarily to those whom they deal with. In addition, the solidary economy is a vast possibilities field. Maybe this is its biggest real merit.

INTRODUÇÃO

Tem-se como notório e consensual que um dos maiores problemas contemporâneos é a grande taxa de desemprego mundial. O desemprego na sociedade capitalista globalizada, desde início da década de 1970, tem causado devastação, medo, desconforto e morte pelo globo. De socialistas a (neo)liberais, todos concordam que o desemprego é o mais importante fator causador de transtornos, miséria e destruição social.

Assim, seja pelo próprio instinto de sobrevivência, isto é, pela busca da satisfação das necessidades básicas do organismo vivo, seja pela filiação ideológica-política-moral, o fato é que várias pessoas vêm tentando formas de se adaptarem para sobreviver às intempéries dos dias atuais, ou mesmo para transformar o *estado de coisas* dessa sociedade explosiva. Uma dessas formas que está ganhando visibilidade social é a chamada “Economia Solidária” (ES).

Todavia, encontramos grande dificuldade em nossa busca pela definição do que seria exatamente “Economia Solidária”. Isso porque, não só há grande imprecisão quanto à compreensão e o entendimento do que seja ES, como também, existem muitas variações quanto às formas e mesmo quanto aos objetivos das articulações que se intitulam ou que são rotuladas como sendo pertencentes à Economia Solidária.

A própria denominação “*economia solidária*” é pouco sugestiva do ponto de vista da identificação de uma atividade econômica específica, afinal, toda economia, toda relação social, é em alguma medida, solidária.

No Brasil e no mundo, muitas têm sido as denominações e as atividades econômicas que ora se confundem, ora se conciliam, ora se distanciam, ora ainda se contrapõem à

concepção de ES que adotaremos neste trabalho, tais como “*Economia Popular*”, “*Economia Social*”, “*Socioeconomia Solidária*”, etc.

Assim sendo, decidimos escolher um autor influente e referencial no Brasil para tê-lo, tanto como base para o entendimento do que vem a ser ES, como também para servir de ponto de partida para discutirmos e problematizarmos o assunto. Acreditamos que a melhor escolha para tal intento seria o professor Paul Israel Singer¹. Isso porque, além de os trabalhos do professor Singer estarem entre as primeiras e mais importantes publicações sobre o que se convencionou chamar de “*Economia Solidária*”, tal autor é um dos maiores estudiosos e entusiastas das propostas cooperativistas-solidárias no Brasil e no mundo, ademais, e fundamentalmente, é ele, Singer, o atual Secretário Nacional de Economia Solidária no Brasil. Secretaria esta que foi criada em 2003 junto ao Ministério do Trabalho pelo atual governo federal, e que tem a incumbência de incentivar e desenvolver empreendimentos solidários no país.

Entretanto, mesmo partindo de um único autor, nosso trabalho não foi tão facilitado, pois nos deparamos com uma situação constrangedora: Singer não é apenas um autor polêmico pelo que escreve sobre a ES, é também – e esse foi nosso maior problema – bastante contraditório no trato com o conceito de “*Economia Solidária*”.

A maior contradição inicial que encontramos pode ser visualizada na seguinte passagem: “*a economia solidária é ou poderá ser² mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar.*” (SINGER: 2002^A, p. 114)

¹ Paul Singer é austríaco, de Viena, nascido em 1932 e morador do Brasil desde 1940. É formado em Economia e Administração, doutor em Sociologia, além de outras formações. Possui 23 obras publicadas e atualmente é professor titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP. Ver Curriculum Vitae em: <http://www.ces.fe.uc.pt/emancipa/cv/pt/singer.html>.

² Negrito nosso.

Isso porque, em seus textos, ora o autor afirma com todas as letras que a Economia Solidária é mais que uma resposta ao desemprego capitalista, ou seja, a ES existiria para ele como um *modo alternativo de produção*, ora – dentro das mesmas obras inclusive – Singer afirma contundentemente que a ES é **um *vir a ser***, seria então uma organização sócio-econômica que deveria ser construída, ou no mínimo, que ainda estaria em construção.

Portanto, acreditamos ser conveniente dividir esses “*dois momentos*” do entendimento singeriano.

No primeiro capítulo do presente trabalho, buscaremos apresentar as considerações do autor sobre as sugeridas especificidades intrínsecas da ES que a caracterizariam necessariamente como um *modo de produção alternativo*.

No segundo capítulo, discorreremos sobre a “Economia Solidária” no Brasil afirmando-a como um fenômeno social concreto, com a intenção de elucidarmos o caminho para o terceiro capítulo, onde discutiremos a perspectiva singeriana da economia solidária mais enquanto um projeto a ser realizado do que propriamente como uma realidade existente, tentando assim dar conta dos “*dois momentos*” que afirmamos encontrar nas obras do autor.

Na seqüência, aprofundaremos no debate sobre algumas contradições e polêmicas sobre a autogestão e o cooperativismo singeriano.

Em seguida, buscaremos fazer um apanhado geral da condição atual da “Economia Solidária” no Brasil e de algumas perspectivas sobre a mesma.

O objetivo deste texto é contribuir para o esclarecimento e a compreensão do pensamento de um autor de peso dentro do movimento da economia solidária (Paul Singer), visando através desse, um maior entendimento da própria realidade da ES no Brasil.

CAPÍTULO I – A “ECONOMIA SOLIDÁRIA” SEGUNDO PAUL SINGER: UM OUTRO MODO DE PRODUÇÃO

Tentaremos aqui apresentar o conceito de Economia Solidária enquanto um modo de produção alternativo ao capitalismo afirmado pelo professor Paul Singer. Para tanto, utilizar-se-á fundamentalmente de seu livro *Introdução à Economia Solidária*, publicado pela Fundação Perseu Abramo em 2002:

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. (SINGER: 2002a, p. 10)

Antes de aprofundarmos na compreensão sobre a Economia Solidária singeriana, acreditamos ser necessário seguir nosso autor em seu texto no que tange à sua apresentação do cooperativismo. Isso porque, para Singer, foi justamente o cooperativismo que promoveu as bases materiais, organizacionais e valorativas da ES. Ou seja, não só o cooperativismo teria trazido o arcabouço ideológico fundamental da “Economia Solidária” contemporânea, como também, seriam elas – cooperativas – o *locus* por excelência do desenvolvimento econômico-solidário, a organização produtiva e trabalhista fundamental para a realização da Economia Solidária.

1. Cooperativismo: um breve apanhado histórico

De acordo com Paul Singer, pouco depois da Primeira Revolução Industrial e da Revolução Francesa, a situação de grande parte da população britânica era de empobrecimento e desemprego. Frente a tal situação Robert Owen, proprietário de um imenso complexo têxtil em New Lanark/Escócia apresentou um plano ao governo britânico em 1817, desejando que o fundo de sustento aos pobres fosse revertido para a compra de terras e construção de *Aldeias Cooperativas*, onde cerca de 1200 pessoas produziriam sua própria subsistência e trocariam seus excedentes entre as Aldeias. Ademais,

Em vez de explorar plenamente os trabalhadores que empregava, Owen decidiu, ainda na primeira década do século XIX, limitar a jornada e proibir o emprego de crianças, para as quais ergueu escolas. O tratamento generoso que Owen dava aos assalariados resultou em maior produtividade do trabalho, o que tornou sua empresa bastante lucrativa, apesar de gastar mais com a folha de pagamento. (Idem, p. 24-25)

O que parecia ser um projeto para diminuir os gastos com os pobres – assim como amenizar a insegurança trazida pelo crescente número de miseráveis que “atrapalham”³ e ameaçam a estabilidade da ordem estabelecida – mostrou-se ser uma coerente e praticável via para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores dentro da organização produtiva capitalista.

³ Utilizamos o termo “*atrapalham*” entre aspas porque entendemos que o grande número de miseráveis existentes à época não é um fruto indesejado da ordem capitalista, não é um equívoco lamentável e fortuito de uma contingência histórica, mas antes, é o resultado estrutural do sistema produtor de mercadorias vigente que necessariamente cria e explora o conjunto dos(as) trabalhadores(as).

Owen, o homem que conquistou o respeito dos empresários capitalistas por lucrar pagando melhor e dando atendimento a seus trabalhadores, limitando a jornada de trabalho e proibindo o emprego de crianças (colocando-as na escola), aprofundou e difundiu suas idéias socialistas ganhando adeptos pela Grã-Bretanha, EUA e todo o mundo. Owen lutou junto aos operários, foi um ativista do movimento trabalhista organizando e participando de várias investidas operárias visando sempre melhores condições de trabalho, assim como, em projetos alternativos de organização do trabalho, dentre eles, as *cooperativas*.

De forma geral, cooperativas são organizações onde um determinado número de pessoas se une buscando fins comuns a partir de um conjunto de regras pré-estabelecidas por esse grupo. A idéia base desses empreendimentos é conseguir força e competência para superar em conjunto o que individualmente seria muito difícil.

Inicialmente, o cooperativismo se desenvolveu e se diversificou atrelado diretamente à luta dos trabalhadores da época de 1830. Funcionando como programa organizacional do trabalho visando melhores condições de vida dos trabalhadores e emancipação humana. Eram as chamadas “cooperativas operárias” ou “cooperativas owenistas” ou então “cooperativas revolucionárias”. Aqui, as cooperativas são tidas como instrumento de transformação social e não meramente como mecanismos de sobrevivência imediata.

No entanto, posteriormente, montaram-se estruturas cooperativas que buscavam simplesmente melhores condições de competitividade para pequenos proprietários em conjunto. Na verdade, atualmente, muitas são as organizações que se autodenominam cooperativas, porém, estas têm cunho estritamente capitalista, isto é, são guiadas pela máxima lucratividade possível mesmo que em detrimento da qualidade de vida dos trabalhadores.

1.1. Cooperativa de Consumo: Princípios de Rochdale

Segundo Singer, o cooperativismo de consumo foi o grande difusor do cooperativismo pela Europa.

O primeiro e maior representante deste tipo de associação foram os Pioneiros Equitativos de Rochdale. Esta foi uma cooperativa montada em um importante centro têxtil no norte da Inglaterra (Rochdale) em 1844, formada inicialmente por 28 operários – donde metade deles era owenista – que se uniram e elaboraram oito princípios fundamentais para seu empreendimento:

- 1) O princípio do controle democrático onde se institui o sistema “*um trabalhador/ um voto*”;
- 2) O princípio da “*porta aberta*” aos novos membros, cujos quais deveriam ficar em pé-de-igualdade com os membros mais velhos, evitando-se assim privilégios e descompassos internos. Para tanto, os novos membros deveriam entrar com uma cota mínima de capital igual a todos;
- 3) Ter uma taxa de juros fixa ao capital emprestado, convertendo-se assim o excedente em favor dos trabalhadores. Todo dinheiro a mais que era investido por um sócio não rendia privilégios e direitos adicionais de decisão dentro da cooperativa ao mesmo. Com a limitação da remuneração dos investidores cooperados, garante-se que as sobras possam beneficiar todos os sócios da cooperativa, não aumentando (muito pelo contrário, na verdade diminuindo) as diferenças econômicas individuais dos cooperados;
- 4) Realizar a divisão das sobras proporcional às compras de cada um na cooperativa, tornando mais interessante comprar na cooperativa, mesmo pagando-se um pouco mais pelo produto. Isso cria um laço muito forte entre os cooperados que consomem os produtos

da cooperativa sem medo, pois sabem que o excedente lhes será repartido ao final da circulação de acordo com o que consumiram;

5) Vender somente à vista para evitar endividamento dos sócios e comprometimento da cooperativa;

6) Consumir apenas produtos não adulterados. É a questão da boa qualidade dos produtos da cooperativa;

7) Empenhar-se na educação cooperativa onde não só os cooperadores, mas também o público em geral, deve ser educado nos princípios e na visão de mundo do cooperativismo para que possam aderir a ele e praticá-lo corretamente. *“Para Owen, os vícios e o egoísmo são frutos de uma educação errada. Portanto, para que o cooperativismo seja entendido e apoiado em seus propósitos, é necessário que não só os cooperados mas o público em geral seja educado em seus princípios ou, mais amplamente, em sua visão de mundo”* (Ibidem, p. 42);

8) E finalmente, a neutralidade religiosa e política da cooperativa. Essa medida serve para não dividir o grupo.

Estes princípios sofreram mutações e variações ao longo do tempo e das experiências cooperativistas, porém, ainda hoje, constituem-se como a grande base do cooperativismo em geral.

De início, o armazém dos Pioneiros Eqüitativos funcionou como uma cooperativa de consumo. Uma espécie de poupança mútua em que os sócios gozavam de *“ganhos de escala nas compras de mercadorias e provavelmente de serviços, como transporte, por exemplo. Nessa época, o varejo britânico estava atrasado, sendo ‘caracterizado por feiras semanais, lojas pequenas especializadas em conceder crédito a preços elevados,*

vendedores ambulantes e vendas diretas mediante pequenas oficinas. Poucos comerciantes tinham mais de um ponto-de-venda' (Birchall, 1997, p. 9)" (Ibidem, p. 50)

Todavia, devido ao seu rápido sucesso e crescimento⁴, assim como, devido à base ideológica e política dos sócios⁵ desta cooperativa, os Pioneiros de Rochdale logo passaram a fornecer novos serviços e a fomentar novas atividades além de trazer, a “*preços justos*”⁶, produtos para o consumo dos trabalhadores cooperados.

O armazém cooperativo era apenas o início da construção deste projeto, que deveria ser seguido por um segundo passo, qual seja, a fundação de cooperativas de produção. Se estas últimas fossem bem-sucedidas, absorveriam a totalidade dos sócios da cooperativa de consumo e então poderia ser dado o terceiro passo: construir a Aldeia Cooperativa, em que todos poderiam viver lado a lado, produzindo e consumindo em comum. (Ibidem, p. 45)

Porém, o sonho da comunidade ou aldeia cooperativa foi sendo abandonado por volta de 1854. Mesmo assim, as cooperativas de consumo e outras mistas foram surgindo em toda parte.

Os veteranos owenistas e socialistas viam no cooperativismo de consumo não um fim em si, mas um passo em direção à comunidade cooperativa ou socialista, cuja essência seria o autogoverno dos produtores. Mas, para os cooperadores operários mais jovens, que haviam aderido numa época em

⁴ Um ano após sua fundação o número de sócios da cooperativa passou de 28 para 74. E em 1849, houve um salto de 140 para 390 sócios.

⁵ Lembremos que estes sócios são em sua maioria adeptos da concepção owenistas, isto é, viam na cooperativa mais do que uma simples oportunidade de trabalho e renda, concebendo-na, isto sim, como uma nova forma de organização do trabalho e da vida social.

⁶ Por “*preços justos*” deve-se entender aqui o pagamento das mercadorias segundo o preço pedido pelos produtores mais os custos com transporte, etc., todavia, sem os adicionais abusivos cobrados pelos atravessadores da época. Como vimos, devido ao fato de o sistema de varejo e atacado estar em fase embrionária, os atravessadores sobretaxavam assustadoramente os preços dos produtos comercializados por eles.

que o padrão de vida estava melhorando, o cooperativismo de consumo era a realidade, servindo para promover a poupança mútua e fornecer bens não adulterados a preços justos. (Ibidem, p. 49)

Assim, o cooperativismo de consumo prosperou, ainda que meio desvencilhado de sua base teórica revolucionária, até por volta do término da Segunda Guerra Mundial. As vendas em massa, a mecanização e automação de muitas operações e, basicamente, a utilização de embalagens que vendiam a si mesmas⁷ foram grandes armas das empresas capitalistas tradicionais. A concorrência com os comerciantes capitalistas derrubou as cooperativas de consumo, que foi sabotada pelos próprios membros. “*Em 40 anos, o número de cooperativas de consumo na Grã-Bretanha caiu de mil para 50.*” (Ibidem, p. 56)

1.2. Cooperativa de crédito

Em sua origem, a cooperativa de crédito não é um intermediário financeiro, como o são os bancos e as companhias de seguro, por exemplo, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante o financiamento mútuo. (Ibidem, p. 67)

Ou seja, muitos pequenos produtores e empreendedores tinham grande dificuldade em adquirir empréstimo e financiamento para seus negócios individualmente. Isto porque, era alto o risco de não conseguirem honrar suas dívidas junto aos órgãos credores, restando a esses trabalhadores ficarem à mercê dos altos juros cobrados por agiotas de plantão.

⁷ “... bens oferecidos embalados, e não mais a granel, em tamanhos e pesos padronizados, com marcas intensamente divulgadas pela propaganda” (Singer: 2002a, p. 54)

Todavia, se separadamente estes pequenos produtores eram inviáveis ao crédito, juntos eles representavam uma segura aposta aos credores. Isto porque não é provável que intempéries e fracassos atinjam todos os membros do grupo financiado. Assim, se uns fracassarem em seus empreendimentos, o mais certo é que o rendimento dos demais cubra tais prejuízos, garantindo que o grupo honre seus débitos.

Individualmente, os pobres se sentem expostos a todo tipo de perigos. O pertencer a um grupo dá-lhes uma espécie de segurança. O indivíduo sozinho tende a ser imprevisível e inseguro. Em um grupo, beneficia-se do apoio e da emulação de todos, sua conduta se torna mais regular e mais confiável em matéria de empréstimos (YUNUS, Apud SINGER: 2002a, p. 80)

Mas ainda há um problema, se o crédito é adquirido em grupo, a forma como tal grupo vai se utilizar do financiamento tem que ser bastante segura e transparente para se evitar a leviandade e a corrupção, o que comprometeria a imagem e o crédito do grupo. Para tanto, sempre de acordo com Singer, faz-se necessário o modo “autogestionário”, isto é, a participação de todos os membros nas decisões das operações da cooperativa, onde a cada sócio corresponde um voto na assembléia, independente da quantidade de cotas de capital que este possua. As responsabilidades e os direitos dentro da cooperativa de crédito são divididos igualmente.

1.3. Cooperativa de compra e venda

Não é viável, por exemplo, que cada pequeno agricultor possa comprar trator, ceifadeira e outros equipamentos valiosos. [...] Para não serem expulsos do mercado, os pequenos e médios produtores têm de se unir e fazer o investimento em capital fixo em conjunto. O trator, a ceifadeira etc. adquiridos pela cooperativa são postos à disposição de cada membro, por um tempo, de modo que os seus custos de produção se equiparam aos dos grandes proprietários. (SINGER: 2002a, p. 84)

Este tipo de cooperativismo busca apenas realizar a compra e venda em conjunto de máquinas, equipamentos e produtos, objetivando-se ganhar em competitividade e preço.

1.4. Cooperativa de produção

Cooperativas de produção são associações de trabalhadores, inclusive administradores, planejadores, técnicos etc., que visam produzir bens ou serviços a serem vendidos em mercados. Como toda cooperativa, aplicam aos seus membros os princípios que garantem democracia e igualdade entre eles na condução da entidade. (Idem, p. 89-90)

Singer destaca que, diferentemente das demais cooperativas vistas até aqui, as cooperativas de produção associam os produtores e não os clientes. Ou seja, nas demais cooperativas (de consumo, de crédito e de compra e venda), o que se tem é um grupo de pessoas que se organiza para tratar em conjunto com os fornecedores (de mercadorias, de financiamento e de máquinas e equipamentos) em benefício dos sócios. Já na cooperativa

de produção, os cooperados se associam internamente, trabalhando, produzindo e consumindo produtos e serviços a partir de dentro da própria cooperativa.

Se for verdade que o cooperativismo tem sua origem atrelada ao movimento operário, então a cooperativa de produção é a expressão mais bem acabada desse processo de luta. Tais cooperativas eram utilizadas como “*arma de enfrentamento ao capital*”.

Na França as primeiras cooperativas de produção surgem após as guerras de 1833, tendo em sua base o entendimento de que se os operários estavam sendo expulsos das oficinas por máquinas, então estes deveriam deixar de ser trabalhadores para se tornarem, em vez disso, mestres.

Para nosso autor, as cooperativas de produção têm “*o caráter de antítese da empresa capitalista e a vocação de constituir um modo de produção alternativo ao capitalismo, e não meramente intersticial. E explicam provavelmente porque a quantidade de cooperativas de produção existentes nos diversos países e sua expressão econômica são incomparavelmente menores do que as dos outros tipos de cooperativa.*” (Ibidem, p. 90)

A grande via de formação das cooperativas de produção é a transformação de indústrias e empresas capitalistas que se encontram em bancarrota. Assim, aproveita-se a estrutura da empresa decadente transferindo sua posse e seu controle para os antigos trabalhadores desta, tornando-os sócios proprietários e não mais operários.

No entanto, como veremos mais adiante, a transferência da propriedade das empresas aos trabalhadores, assim como a conquista formal da direção do empreendimento pelos mesmos, não se mostrou suficiente para garantir, ou mesmo incitar com qualidade, a transformação do caráter eminentemente capitalistas das cooperativas de produção até hoje conhecidas.

2. O caráter revolucionário da “Economia Solidária” para Paul Singer

Como vimos, para nosso autor, a partir de 1820 tem-se a inauguração de várias cooperativas pela Europa e EUA. Tais cooperativas estiveram fortemente presentes no movimento operário dos anos trinta do século XIX que assolaram a Inglaterra. *“Eis que o cooperativismo, em seu berço ainda, já se arvorava como modo de produção alternativo ao capitalismo.”* (Ibidem, p. 33)

É exatamente sobre esse aspecto que queremos nos deter agora, qual seja, o fato de Paul Singer, em determinado momento de seu discurso, apresentar a ES não apenas como um simples mecanismo inibidor de mazelas sócio-econômicas através da criação e/ou manutenção de postos de trabalho, mas sim, como uma forma alternativa de modo de produção.

O que importa entender é que a desigualdade não é natural e a competição generalizada tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas e que se denomina modo de produção. O capitalismo é um modo de produção cujos princípios são o direito de propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual. A aplicação destes princípios divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade... (Ibidem, p. 10)

Fica claro que, para o autor: 1) o capitalismo gera a desigualdade e a competição corrosiva de todos contra todos; 2) é possível se organizar de outra maneira que não a capitalista; 3) a economia solidária é outro modo de produção;

As duas primeiras conclusões são bastante evidentes para qualquer análise mediana da história e da sociologia. Já o terceiro apontamento, que é o nosso objeto aqui, necessita de esclarecimentos.

Basicamente, os argumentos singerianos que fundamentam a concepção de que a ES é um “modo de produção alternativo”, diferenciado, específico, ao capitalismo se encontram alocados na idéia de que:

a) A relação entre capital e trabalho mudaria radicalmente na economia solidária quando comparada ao capitalismo.

A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é reconhecidamente a base do capitalismo. [...] O capital da empresa solidária é possuído pelos que nela trabalham e apenas por eles. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietários que não trabalhem na empresa. E a propriedade da empresa é dividida por igual entre todos os trabalhadores, para que todos tenham o mesmo poder de decisão sobre ela. (SINGER: 2002b, p. 83)

Assim, com a liquidação da propriedade privada dos meios de produção e com a fusão entre capital e trabalho se encerraria, teoricamente para o autor, a clássica divisão entre classe trabalhadora e classe burguesa, ou ainda, entre proletários e proprietários.

b) Em uma cooperativa onde os proprietários são todos trabalhadores e os trabalhadores são todos proprietários, organizados de forma *autogestionária*⁸ e imbuídos pela solidariedade, haveria, necessariamente na interpretação de Singer, o fim da hierarquia burocrática sistematizada pelo capitalismo industrial. Em seu lugar teríamos um quadro que fomentaria a participação, a democracia e a igualdade dentro da estrutura produtiva.

A solidariedade na economia só pode se realizar se ela for organizada igualitariamente pelos que se associam para produzir, comerciar, consumir ou poupar. A chave dessa proposta é a associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais. Na cooperativa de produção, protótipo da empresa solidária, todos os sócios têm a mesma parcela de capital e, por decorrência, o mesmo direito de voto em todas as decisões. Este é o seu princípio básico. Se a cooperativa precisa de diretores, estes são eleitos por todos os sócios e são responsáveis perante eles. Ninguém manda em ninguém. E não há competição entre os sócios: se a cooperativa progredir, acumular capital, todos ganham por igual. (SINGER: 2002a, p. 09)

c) Finalmente, o outro diferencial entre a “Economia Solidária” e os empreendimentos capitalistas em geral seria a maneira de se lidar com o lucro.

Nosso autor alega que, diferentemente das empresas capitalistas convencionais, o objetivo das cooperativas e empreendimentos solidários não é a busca pela maximização do lucro.

O objetivo máximo dos sócios da empresa solidária é promover a economia solidária tanto para dar trabalho e renda a quem precisa como para difundir no país (ou no mundo) um modo democrático e igualitário de organizar atividades econômicas. (SINGER: 2002a, p. 16)

⁸ Trataremos do conceito singeriano de autogestão mais à frente.

Mais que isso, para Singer, não só a ES não tem a maximização do lucro como meta, como também, nestes empreendimentos se constataria a ausência do lucro. Vejamos como o autor explica isto:

Na realidade, na empresa solidária não há lucro, porque nenhuma parte de sua receita é distribuída em proporção às cotas de capital. [...] O excedente anual – chamado “sobras” nas cooperativas – tem a sua destinação decidida pelos trabalhadores. Uma parte, em geral, destina-se ao reinvestimento e pode ser colocada num fundo “indivisível”, que não pertence aos sócios individualmente mas apenas ao coletivo deles. Outra parte, também reinvestida, pode acrescer o valor das cotas dos sócios, que têm o direito de sacá-las quando se retiram da empresa. O restante das sobras é em geral destinado a um fundo de educação, a outros fundos “sociais” (de cultura, de saúde etc.) e eventualmente à divisão entre os sócios, por critérios aprovados por eles. Portanto, o capital da empresa solidária não é remunerado, sob qualquer pretexto, e por isso não há ‘lucro’... (SINGER: 2002b, p. 84)

Singer não para por aqui, além de fazer questão de dizer que a Economia Solidária é outro modo de produção, o autor afirma que a ES não é pura e simplesmente um modelo utópico. Muito pelo contrário, a economia solidária seria, nesta visão, um movimento sócio-econômico real antes mesmo de se tornar lócus de qualquer aposta ideológica, política ou filosófica.

A economia solidária não é a criação intelectual de alguém, embora os grandes autores socialistas denominados ‘utópicos’ da primeira metade do século XX (Owen, Fourier, Buchez, Proudhon etc.) tenham dado contribuições decisivas ao seu desenvolvimento. A economia solidária é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra o capitalismo. Como tal, ela não

poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução.” (SINGER: 2003, p. 13)

A aparente sustentação dessa afirmação pode ser encontrada no próprio entendimento singeriano quanto ao funcionamento do capitalismo:

A economia solidária constitui um modo de produção que, ao lado de diversos outros modos de produção – o capitalismo, a pequena produção de mercadorias, a produção estatal de bens e serviços, a produção privada sem fins de lucro –, compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses.⁹

Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção, porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. (SINGER: 2002b, p. 86-87)

Assim, dentro do modo de produção capitalista haveria espaços e oportunidades concretas para a implementação de outras formas organizacionais em seu bojo. A ES seria uma dessas formas que estaria se desenvolvendo.

⁹ Há outras implicações importantes nessa passagem singeriana cujas quais discutiremos no capítulo III deste trabalho.

3. As possibilidades da “autogestão” para Paul Singer

Se for verdade que Singer, em determinado momento de seu entendimento, concebe a “Economia Solidária” como um movimento caracteristicamente revolucionário, é igualmente verdadeiro que grande parte dessa potencialidade transformadora se deve à aposta singeriana na “autogestão”¹⁰, ou pelo menos, àquilo que ele considera como sendo “autogestão”: democracia decisória e participativa dentro das cooperativas solidárias.

Vimos que nas cooperativas solidárias todos os trabalhadores são proprietários dos meios de produção e que todos os proprietários trabalham na cooperativa. Além disso, de acordo com o primeiro princípio do cooperativismo nascido com os Pioneiros de Rochdale, a cada trabalhador corresponde um voto na assembléia, sendo esta soberana em todas as instâncias e sobre todas as decisões da cooperativa. Para nosso autor, é dessa condição essencial que surge a possibilidade da “autogestão”.

Logicamente, quando os trabalhadores assumem o comando do empreendimento solidário de forma igualitária, temos uma situação onde há a necessidade de democratização do saber e das informações gerais da produção, assim como, da transparência das atividades da cooperativa. A satisfação dessa necessidade é vital para que a “autogestão” tenha êxito, já que todos os trabalhadores têm o mesmo peso decisório (1 voto cada dentro da assembléia soberana).

Assim, mais importante até que conhecer o funcionamento geral das várias etapas produtivas às quais se dedica a cooperativa, seria a promoção o desenvolvimento do raciocínio, da concepção e da postura democrática entre os trabalhadores para que a

¹⁰ Utilizaremos o termo “autogestão” entre aspas devido à uma discordância teórica que temos para com a definição do conceito “autogestão” em Singer. Trataremos dessa problemática no Capítulo III do presente trabalho.

assembléia funcione e para que a cooperativa caminhe, sobreviva. Ou seja, mais que capacitação administrativa, o que Singer considera fundamental para a “autogestão” é que os trabalhadores adquiram capacitação democrática, participativa, com qualidade, responsabilidade e solidariedade. Nesse sentido, somente assim poder-se-ia dizer que existiria uma participação efetivamente igualitária de todos os trabalhadores nos ganhos, prejuízos, responsabilidades e poder de decisão dentro da cooperativa, dando liberdade de decisão e ação a esses trabalhadores.

O perigo de degeneração da prática autogestionária vem, em grande parte, da insuficiente formação democrática dos sócios. A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. (SINGER: 2002a, p. 21)

Nesse momento, acreditamos ser particularmente interessante sublinhar que encontramos uma grande sintonia e confluência entre as considerações singerianas sobre a “autogestão” dentro da ES e a compreensão, do mesmo autor, sobre o “socialismo”.

Na verdade, não basta expropriar os expropriadores, isto é, a burguesia, para abolir as classes sociais. Na empresa estatizada a divisão de classes se mantém na medida em que uns planejam, coordenam, decidem – enfim mandam – enquanto os demais são obrigados a obedecer. A autoridade nunca se limita aos aspectos ‘técnicos’ e seu exercício tende a proporcionar privilégios. O ponto de vista de quem detém o mando é determinado pela responsabilidade pelo êxito global da empresa. O ponto de vista de quem é mandado é determinado pela sua alienação face ao conjunto do empreendimento. Daí a divisão de classe, o domínio de classe e o confronto de classe ali onde importa: no processo produtivo. (SINGER: 1980, p. 27)

A essência do socialismo, enquanto modo de produção, é a organização democrática de produção e consumo, em que produtores e consumidores livremente associados repartem de maneira igualitária os ônus e os ganhos do trabalho e da inversão, os direitos enquanto membros de cooperativas de produção e/ou de consumo ou o nome que venham a ter estas organizações. Organizações essas não podem ser formadas de cima para baixo, por decretos de algum poder pseudo-socialista, desconhecendo os anseios e propósitos dos produtores/consumidores. [...]

Continua sendo verdadeiro que o socialismo pressupõe a transferência do controle efetivo dos meios de produção dos capitalistas aos trabalhadores. Mas, esta transferência requer muito mais do que um ato jurídico-político de transferência formal de propriedade ou posse. Ela requer, antes de mais nada, que os trabalhadores estejam desejosos de assumir coletivamente tal controle e que se possam habilitar para exercê-lo em nível aceitável de eficiência. (SINGER: 1998, p. 09-10)

Acreditamos que as passagens acima dão conta de nossa constatação sobre as ligações singerianas entre “autogestão” e “socialismo”. Todavia, essas mesmas passagens trazem mais do que isso. Elas trazem também os indícios de que, para Singer, o caminho ao “socialismo” passaria, necessariamente e acima de tudo, pela organização política dos trabalhadores a partir das instâncias produtivas.

Evidentemente, a transferência do controle dos meios de produção aos trabalhadores, para ser autêntica, não pode ser decretada de cima para baixo, mas tem de ser conquistado de baixo para cima, dentro do capitalismo. E esta conquista não pode deixar de levar muito tempo pois implica em verdadeira revolução cultural protagonizada pelos trabalhadores que se transformaram, por sua própria iniciativa, de dependentes assalariados – ou ex-assalariados desempregados – em empreendedores coletivos. É por isso que se tornou necessário separar o conceito de revolução social do de revolução política. (SINGER: Idem, p. 11)

Não cabe aqui discorrermos sobre as diferenciações entre revolução política e revolução social. O que nos importa é marcar os vínculos teóricos construídos por Singer entre sua idéia de socialismo e a estrutura “autogestionária” da “Economia Solidária”.

4. Conclusão

Concluimos esse primeiro capítulo entendendo que, para o professor Paul Singer, as cooperativas e as atividades solidárias em geral são mecanismos de obtenção e/ou manutenção de trabalho e renda que acompanham o modo de produção capitalista desde a Primeira Revolução Industrial.

Ademais, devido a algumas de suas especificidades, a ES se constituiria num modo de produção alternativo – ainda que existindo dentro da hegemonia produtiva capitalista¹¹ –, sendo que tais especificidades fundamentais estariam alocadas nas cooperativas de produção, a saber: a fusão entre capital e trabalho, a democracia administrativa (“autogestão”), e a ausência de lucro.

Vimos também que o fermento da potencialidade transformadora da ES e das cooperativas de produção seria dado pela “autogestão”, donde esta seria a fomentadora e

¹¹ Sobre isso teceremos comentário mais à frente no capítulo III.

difusora da cultura democrática, solidária e libertária, identificando ES como sendo, para Singer, um possível caminho para o “socialismo”.

Acreditamos com isso termos dado conta minimamente do “primeiro momento” singeriano no trato com o conceito de “Economia Solidária”, isto é, da ES enquanto um **modo de produção alternativo realmente existente na concepção singeriana**. No entanto, fizemos questão de colocar entre aspas o termo “Economia Solidária” até aqui para marcarmos nossa discordância teórico-analítica para com o conceito fomentado por Singer nesse sentido. Não apenas por entendermos que a ES não existira devida sobre tais bases teóricas, mas também pelo fato de o próprio autor mudar o tom “revolucionário” na caracterização do conceito de Economia Solidária, como veremos no capítulo III desta pesquisa.

CAPÍTULO II – A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL

Seguindo com o raciocínio do professor Paul Singer, o cooperativismo teria aparecido fundamentalmente como uma reação aos altos níveis de desemprego e péssimas condições de vida do proletariado já no começo do século XIX. Depois de várias idas e vindas pelo tempo que se seguiu de lá para cá, o cooperativismo teria perdido significativa importância como mecanismo de luta dos trabalhadores dentro do capitalismo nos anos após a Segunda Guerra Mundial, durante os famosos “anos dourados”, onde os trabalhadores conquistaram muitos benefícios, direitos e espaço dentro dos Estados de Bem-Estar Social.

Todavia, a partir de 1970 esse momento de glória do capitalismo começa a dar sinais de esgotamento. As altas taxas de desemprego e recessão econômica retornam à ordem do dia, juntamente com o programa político-econômico neoliberal e o progressivo desmonte do Estado de Bem-Estar Social.

Essa situação pós-1970 – que provocou um forte abalo nas relações sociais, políticas e econômicas mundiais seguido de aumento de desemprego e precarização do trabalho – teria desencadeado um verdadeiro “renascimento do cooperativismo”.

Ainda de acordo com Singer, no Brasil o cooperativismo – e juntamente com ele o cooperativismo solidário, isto é, a “Economia Solidária” – teria surgido com mais clareza e importância a partir de 1980, período em que o país vivenciou um momento de muitas demissões e fechamento de fábricas, ou seja, de grande mudança nos números e condições da empregabilidade.

Aqui somos obrigados a criticar a imprudência de Paul Singer no trato com o conceito de “Economia Solidária”. Ou seja, além de vários problemas em torno da

flexibilidade e imprecisão do conceito de ES trabalhado pelo autor, Singer vai tratar da história do cooperativismo como sendo a história da “Economia Solidária”. A confusão é tamanha que em determinado momento o autor escreve: “*A economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social.*” (SINGER: 2002a, p. 115)

Sem entrarmos nos demais (de)méritos da afirmação acima sobre uma suposta tentativa dos ditos “socialistas utópicos” tentarem unir esses dois mundos – industrialismo e organização comunitária; o que por si só já é preocupante! – nos interessa demonstrar o grau de desorientação e de falta de rigor conceitual do autor que ora afirma a ES como um modo de produção alternativo influenciado pelo cooperativismo, ora como o próprio cooperativismo inventado já no século XIX e “reinventado”¹² após a década de 1970 devido ao aumento da taxa de desemprego mundial.

Seja por um caminho ou por outro, Paul Singer não parece ser o autor mais indicado, nem para nos auxiliar na compreensão da história do cooperativismo no Brasil, nem mesmo para nos esclarecer detalhadamente sobre a origem do movimento contemporâneo que se convencionou chamar de Economia Solidária.

Se tomarmos, por exemplo, as contribuições de Helnon de Oliveira Crúzio, veremos que o cooperativismo perpassa por toda a história do Brasil desde os anos de 1840 e marcou presença em quase todos os cantos do país, operando em várias frentes produtivas: café, algodão, leite, trigo, soja, vinho, etc., além de cooperativas de compra e venda, de consumo e de crédito, contando inclusive com a participação e organização governamentais.

¹² Esse termo é usado por Paul Singer diversas vezes como se pode constatar, por exemplo, em: “... **a reinvenção** da economia solidária é tão recente que se torna arriscado projetar a sua tendência de crescimento acelerado para o futuro...” (SINGER: 2002a, p. 113)

... na região de imigração europeia não lusa, houve várias experiências de associação econômica, algumas inspiradas no modelo de 'falanstérios' de Charles Fourier, nos anos 40 e 80 do século XIX. Outras associações foram instruídas já nos modelos de cooperativas [...] Mas é a partir da proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, que o ambiente à formação de cooperativas é favorecido. Portanto, as primeiras cooperativas no Brasil, baseadas no modelo Rochdaleano, foram implantadas a partir de 1891 em Limeria, São Paulo; em 1892, no Rio Grande do Sul; em 1894, no Rio de Janeiro; em 1895, em Camaragibe, Pernambuco; e em 1897, em Campinas, São Paulo. A única do setor primário era a 'Società Cooperativa delle Convenzioni Agricoli Industriali', no Estado do Rio Grande do Sul. As demais eram cooperativas de consumo. A do setor primário foi fundada por imigrantes italianos, enquanto as de consumo pela iniciativa de setores da classe média urbana, de funcionários de órgãos públicos, e de funcionários de empresas privadas. (CRÚZIO: 1994, p. 40-41)

No período de 1891 e 1930 os cooperativistas podiam aplicar o modelo Rochdaleano amoldando-o a seus interesses e/ou às suas necessidades. As regras e/ou as normas da organização e da fiscalização cooperativa podiam ser adaptadas do Modelo Original em função dos próprios objetivos da ação comunitária. Uma liberdade à instituição cooperativa, onde o trabalho podia ser organizado conforme as possibilidades de conhecimento do grupo. Também em função de suas expectativas no negócio cooperativo, de seus valores culturais, de seus costumes, de seus preceitos religiosos, etc.

Mas com a intervenção do Estado o Movimento Cooperativo brasileiro foi afastado da principal característica do Modelo Precursor, isso é, do Princípio democrático na forma da autonomia e da autogestão institucional. Fato é que todas as cooperativas são submissas a 'Legislação Cooperativista', instituída por Decreto. Igualmente o Órgão de representação do Governo junto ao cooperativismo. Trata-se do 'Conselho Nacional de Cooperativas – CNC', cuja função é interpretar e regular a lei cooperativista e orientar a política cooperativista Nacional. (Idem, p. 91-92)

Seja como for, o fato é que não há registros de que qualquer pensador do século XIX propôs ou tratou de alguma prática ou fenômeno denominado “Economia Solidária”, ademais, por mais vínculos com o cooperativismo que o movimento contemporâneo conhecido por ES tenha, sem dúvida, Economia Solidária não é apenas e tão somente cooperativismo, nem mesmo é apenas e tão somente uma *reinvenção* do cooperativismo operário owenista do século XIX. O próprio Paul Singer, ainda que de forma nem sempre clara, afirma ser a ES um movimento autêntico e maior do que a simples união de cooperativas ou a constituição de um mercado cooperativista paralelo ao mercado capitalista. Ora, então o que é exatamente Economia Solidária no Brasil?

1. A economia solidária enquanto movimento social contemporâneo concreto no Brasil

Afirmamos que a Economia Solidária é um movimento sócio-econômico contemporâneo específico. Tentaremos demonstrar o porquê dessa afirmativa.

É sabido que o sistema capitalista gera, necessariamente, desemprego. Mesmo em seus anos áureos, o modo de produção capitalista não foi (e não é) capaz de absorver a totalidade da mão-de-obra existente devido sua própria lógica de exploração para a criação de *mais-valia*¹³. Enfim, o fato é que durante toda a história do capitalismo, homens e mulheres buscaram alternativas para superar sua situação de miserabilidade e desemprego, elaborando práticas e organizações variadas que visam da simples obtenção de sustento imediato à transformação revolucionária do sistema sócio-econômico. As atividades que

¹³ MARX: 1984.

vão ser posteriormente intituladas de Economia Solidária são uma dessas muitas elaborações.

No bojo da crise do trabalho começou a surgir a solução. Algumas empresas em vias de fechar passaram a ser administradas em regimes de cogestão ou autogestão. Isso ocorreu algumas vezes por iniciativa dos proprietários [...] Outras vezes, a iniciativa partiu dos próprios trabalhadores, representados por seus sindicatos, já que eles são credores privilegiados da eventual massa falida. E, por consequência desta mudança de gestão, as empresas não fecharam pelo contrário, se reabilitaram e os postos de trabalho que teriam sido perdidos foram preservados.

Estes são os fatos. Algum milagre? Não, mas grande vontade de lutar, muita disposição ao sacrifício e sobretudo muita solidariedade. É deste modo que a economia solidária ressurge no meio da crise do trabalho e se revela uma solução surpreendentemente efetiva. (SINGER Apud ANTEAG: 1998, p. XXXI)

Aqui existe outro ponto importante a se destacar: o conceito de “Economia Solidária”, assim como todas as apostas teóricas e políticas à sua volta, surgem depois das práticas tidas como econômico-solidárias.

A economia solidária não nasceu da idéia de seus técnicos e fomentadores, mas da premência direta da condição de vida dos trabalhadores do campo e da periferia das grandes cidades, que não esperaram a vitória das “próximas-próximas” eleições que trariam (trarão?) de volta (volta?) o Estado de Bem-Estar, nem a revolução socialista a produzir-se por uma classe operária em extinção.¹⁴

Evitando a discussão sobre uma possível “*classe operária em extinção*” – polêmica que não nos interessa nesse momento – o que Cruz nos traz é a flagrante constatação de que

¹⁴ CRUZ, A. **As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: as tendências do mercado de trabalho.** Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc7.doc.

o conjunto de práticas intitulados como pertencentes à ES foram realizados antes mesmo de seus agentes conceberem o conceito e as formulações da atual Economia Solidária. Isso não é tão óbvio: o conceito vir depois do fenômeno – por exemplo, o conceito de socialismo existe a mais de 170 anos e mesmo assim, o socialismo nunca existiu de fato. Muito além da distância entre o conceito (tipo ideal) e o fenômeno (realidade concreta), o que estamos destacando é que todo o movimento sócio-econômico da Economia Solidária¹⁵ se “apropriou” de práticas já existentes e as “direcionou” para que se identificassem com a formulação conceitual-ideológica-política da ES.

Nesse sentido, é muito interessante as considerações de Noëlle Lechat:

No Brasil, para a economia solidária tornar-se uma problemática, ela teve que aparecer como um setor próprio e digno de interesse específico. Essa decisão é, a nosso ver, de ordem teórico-político-ideológica. O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.¹⁶

Isso significa que já havia por muito tempo – de forma dispersa, desestruturada e com muitas variações – práticas organizativas que, em determinado momento, começam a chamar a atenção de teóricos, acadêmicos, sindicalistas, ativistas políticos, organizações não-governamentais, organizações governamentais, etc., que juntamente com os

¹⁵ Notem que aqui usamos Economia Solidária sem aspas, pois é a ES que realmente existe no Brasil em nossa concepção, ou seja, um movimento social auto-proclamado Economia Solidária.

¹⁶ LECHAT, N. M. **As raízes históricas da economia solidária no Brasil**. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc. Acessado em: 2005.

trabalhadores vão se constituindo em um grupo mais ou menos organizado, ou no mínimo, em um grupo de fato, ou seja, possuidor de uma identidade específica e visível.

Antonio Cruz mais uma vez nos ajuda a perceber esse processo em que se constata uma demanda objetiva imediata dos trabalhadores(as) – ou melhor, dos “*sem-trabalho*” dentro do mercado capitalista formal – e que, a partir de algumas iniciativas elaboradas por esses homens e mulheres *sem-trabalho*, desencadeia-se uma mobilização social de cunho teórico e político.

Do ponto de vista econômico, na ótica cotidiana dos trabalhadores, a economia solidária não é uma ideologia, mas uma “saída” possível, uma esperança de desafogo. Nesse caso, o senso comum parece carregado de uma lógica muito consistente, traduzida na fala de um dirigente de uma cooperativa por nós entrevistado em pesquisa recente:

‘Veja bem, professor: tem um mundo de gente querendo comprar as coisas e sem ter dinheiro pra comprar. Essa gente é a mesma gente que quer trabalhar, mas que não tem emprego. E se essa gente produzisse uns pros outros? É isso que nos anima, por aqui.’¹⁷

É verdade que para além dessas condições objetivas, o acúmulo da mobilização social dos anos 90 não passa em branco nessa situação: o grosso dos mobilizadores da economia solidária, se olharmos de perto, saiu do movimento sindical e popular dos anos 80. São ativistas e ex-dirigentes desses movimentos, são militantes do MST, participantes das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica etc.¹⁸

¹⁷ [nota do autor] Rudinei Muller, coordenador da Unimetal, cooperativa metalúrgica de reparos e construção semi-artesanal de carrocerias de ônibus e caminhões, em Pelotas (RS). Entrevista realizada pela pesquisa “Levantamento, Conceituação e Tipologia de Iniciativas de Economia Solidária – um Estudo de Caso: a Metade Sul do RGS”, coordenada por nós e pela Prof^a Gabriela Silva, da Escola de Administração da Universidade Católica de Pelotas.

¹⁸ CRUZ, A. **As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: as tendências do mercado de trabalho.** Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc7.doc. Acessado em: 2005.

Em um de seus trabalhos¹⁹, Singer afirma que as experiências que teriam inaugurado o processo de empreendimentos solidários no Brasil foram: a indústria de fogões *Wallig* em Porto Alegre; a cooperativa de uma mina de carvão (*Cooperminas*) em Santa Catarina; e as fábricas de cobertores da antiga *Tecelagem Parahyba* em Recife e São José dos Campos. Ainda que não concordemos com esse “marco”, é bem verdade que a partir de fins da década de 1980 todo um conjunto de grupos e órgãos de estudo, fomento e consultoria da “Economia Solidária” foram criados no Brasil, inaugurando a construção do movimento social. Dentre eles, os principais são:

- a *Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão* (Anteag), criada em 1994 durante o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores em Empresa de Autogestão. Tal associação – inspirada na experiência da indústria de calçados *Makerly* em Franca/SP que se converteu em uma cooperativa autogerida e prosperou significativamente – vem se propondo assessorar empreendimentos solidários desde então;
- a *Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores* (ADS/CUT). Criada no final de 1999, a agência é um influente e ativo pólo do movimento da ES que dialoga diretamente com o governo e os representantes sindicais, e tem contribuído bastante dentro da SENAES, assim como na busca por financiamento aos empreendimentos solidários;
- as *Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares* (ITCPs) que oferecem formação, assistência e consultoria a empreendimentos solidários. São grandes órgãos de estudo e difusão de cooperativas e grupos de trabalho

¹⁹ SINGER: 2002b, p. 88.

solidários. A ITCP originou-se em meados dos anos 90, sendo a primeira criada pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe/UFRJ), tendo por objetivo utilizar os recursos humanos e os conhecimentos da universidade na formação, qualificação e assessoria de trabalhadores em atividades “autogestionadas” visando a inclusão social destes;

- a *Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil* (CONCRAB) que auxilia no planejamento, organização e comercialização dos produtos e serviços presentes nos assentamentos rurais. Ainda que tal entidade não venha tendo grande êxito, pois boa parte dos assentados não adere ao cooperativismo solidário, a CONCRAB é um veículo significativo de tentativa de operacionalização das Redes de Cooperativas, assim como, de difusão do ideário solidário;
- a ONG *Cáritas do Brasil*, entidade não governamental de cunho religioso que, por volta de 1984, dá uma guinada em sua postura incorporando princípios de empreendedorismo popular como forma alternativa ao capitalismo, tendo sido grande colaboradora do movimento solidário. Atualmente, vem atuando na formação de Projetos Alternativos Comunitários (PACs);
- e, mais recentemente, a *Secretaria Nacional de Economia Solidária* (SENAES). Criada dentro do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, a secretaria é fruto de uma “*história de mobilização e articulação do*

movimento da economia solidária existente no país”, como descrito em seu próprio *Plano de Ação*²⁰.

A partir de discussões dentro do *I Fórum Social Mundial* sobre a desarticulação existente entre os vários empreendimentos solidários emergentes no país, criou-se um *Grupo de Trabalho Brasileiro de Economia Solidária* com o intuito de organizar as “atividades solidárias”. Tal grupo levou a polêmica ES para os dois subseqüentes Fóruns Sociais Mundiais (2001 e 2002), donde se tirou, dentre outras coisas, um *Carta ao Presidente da República* sugerindo a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária. Em 2003, Luis Inácio Lula da Silva assume a presidência da Federação e em junho deste mesmo ano a SENAES é instituída sob a responsabilidade do professor Paul Israel Singer.

Assumidamente, a SENAES tem entre seus objetivos favorecer o desenvolvimento e a divulgação da economia solidária. Ainda em 2003, a Secretaria organiza um *Plano de Ação* para mapear a ES no Brasil considerando os “empreendimentos solidários” e as entidades de apoio, assessoria e fomento destes. Pensando em criar um instrumento que dê visibilidade à ES – assim como orientação ao processo de organização do movimento solidário, identificação e subsídio aos processos de formulação e execução de políticas públicas para o desenvolvimento da ES²¹, etc. – a SENAES está trabalhando na elaboração do *Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES)*.

²⁰ “*Plano de Ação 2004*”, in: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>.

²¹ ver “*Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES*”, in: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>.

2. Conclusão

Por tudo isso – ou seja, diante de toda essa mobilização social em torno da ES formulando e moldando uma “identidade específica à esta”²², organizando e unindo práticas sob um arcabouço teórico-metodológico, com visibilidade social, política e econômica – acreditamos que está mais do que caracterizado que a Economia Solidária é sim um movimento social contemporâneo concreto no Brasil, com desdobramentos teóricos, sociais, econômicos e políticos igualmente concretos.

Um movimento social não tem origem especificamente aqui ou ali. Um movimento social concreto é fruto de um processo social contraditório abastecido por ações e reflexões de diversas entonações e expectativas, todavia, sob um norte comum, ou minimamente comum. O mesmo aconteceu e acontece com o movimento solidário atual de nosso país, em que grupos empreendedores (Anteag), lideranças políticas (CUT), grupos acadêmicos (ITCPs), entidades religiosas (como a Cáritas), etc., são levados a buscar alternativas organizacionais ao desemprego crescente dentro dos quadros do trabalho formal a partir da reestruturação produtiva nacional de 1970-1980. Esta motivação específica sob tais condições históricas igualmente específicas é que levou esses homens, mulheres e instituições às cooperativas, ou melhor dizendo, ao revigoramento ou “redescoberta” do cooperativismo, inspirados em grupos de trabalhadores espalhados pelo território que, buscando sobreviver, já se encontravam organizados diferentemente do padrão produtivo hegemônico – pois foram expulsos desse “padrão”, do mercado formal de trabalho, etc.

²² Trataremos de tal “identidade” do movimento solidário brasileiro mais à frente, no capítulo IV.

CAPÍTULO III – UM RECUO NA AFIRMAÇÃO SINGERIANA DA “ECONOMIA SOLIDÁRIA” ENQUANTO MODO DE PRODUÇÃO EXISTENTE

Dissemos na introdução do presente trabalho que ao tentarmos entender o conceito de Economia Solidária afirmado por Paul Singer, havíamos nos deparado com uma situação muito mais embaraçosa do que a simples constatação de uma descontinuidade terminológica, e sim, com uma verdadeira inconsistência conceitual, uma contradição premente.

No primeiro capítulo, buscamos elucidar as considerações de Singer quando este propõe a ES enquanto modo de produção alternativo ao capitalismo e realmente existente. Todavia, agora é chegado o momento de acompanharmos a apresentação singeriana da Economia Solidária vista como um “emaranhado” de práticas que carregariam a promessa (a potencialidade) de se firmarem enquanto um modo de produção alternativo. Assim, se nos mantivermos apegados à proposição singeriana de que a ES é outro modo de produção do ponto de vista conceitual, aqui, ela é um modo de produção futuro, uma construção utópica, um ideal a ser alcançado, não uma realidade, pois o que existiria seriam os empreendimentos que, no máximo, buscam ou buscarão formar tal modo de produção.

A economia solidária é formada por uma constelação de formas democráticas e coletivas de produzir, distribuir, poupar e investir, segurar. Suas formas clássicas são relativamente antigas: as cooperativas de consumo, de crédito e de produção, que datam do século passado. Elas surgem como solução, algumas vezes de emergência, na luta contra o desemprego. Ocupações de fábricas por trabalhadores, para que não fechem, são semelhantes a ocupações de fazendas por trabalhadores sem-terra. Ambas são formas de luta direta contra a exclusão social, tendo por base a construção de uma economia solidária, formada por unidades produtivas autogestionárias.

Essas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário – sindicatos e partidos – apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo. Está comprovado que cooperativas de espécies complementares podem formar conglomerados capitalistas. Mas, as cooperativas carecem de capital. É o seu calcanhar-de-aquiles. Se o movimento operário, que partilha o poder estatal com o capital, quiser alavancar o financiamento público da economia solidária, a cara da formação social vai mudar. Um novo modo de produção pode se desenvolver, este capaz de competir com o modo de produção capitalista. (SINGER: 1998, p. 181-182)

Para nós, está evidente que Paul Singer, quando fala de economia solidária enquanto *sistema revolucionário possível*, tem como principal referência teórica o socialista Robert Owen e sua idéia de “*aldeia cooperativa*”, isto é, a construção de um conjunto de cooperativas de produção auto-sustentáveis e praticamente independentizado do capitalismo. Acreditamos que do conceito de “aldeia cooperativa” nasceu a idéia singeriana de “*Rede Solidária*”, assim como das potencialidades revolucionárias atribuídas à esta.

Ora, vimos que para Paul Singer é no âmbito da produção que se encontra o caminho para a libertação ou para o aprisionamento dos trabalhadores. Cooperativas solidárias de crédito, de consumo, etc., seriam suportes imprescindíveis à cooperativa de produção, mas por si só não constituiriam uma possibilidade de transformação social. A construção de uma sociedade diferente obrigaria, nesses termos, a criação de uma forma igualmente diferenciada de se produzir e de se apropriar da produção. Aqui está o ponto central da questão. Aqui está o motor da história singeriana. Portanto, nesse momento para Singer, só com a construção de redes de cooperativas de produção solidárias é que se poderia pensar na economia solidária enquanto uma alternativa real ao sistema capitalista.

A proposta de isolar a economia solidária do seu entorno capitalista só adquiriria efetividade, no sentido de propiciar o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, se as unidades produtivas e as comunidades de compras solidárias se integrassem em rede e desenvolvessem padrões de consumo consideravelmente diferentes dos prevalecentes na economia capitalista. (SINGER: 2002a, p. 119-120)

Mesmo porque a necessidade de se organizar em *redes* não é apenas uma questão de fomento à identidade alternativa, revolucionária, da ES singeriana, mas é antes de tudo uma medida vital para a própria manutenção dos empreendimentos solidários enquanto simples mecanismos de criação e conservação de postos de trabalho. Afinal, isoladas umas das outras e tendo que competir com as empresas capitalistas tradicionais, as cooperativas da ES não têm como se manter funcionando devidamente.

As empresas capitalistas são as melhores e mais desenvolvidas formas produtivas para atuarem no mercado capitalista, como é lógico e óbvio. Lembremos que as empresas capitalistas jogam com medidas inadmissíveis aos empreendimentos solidários, tais como: cortar gastos com funcionários (desempregar), aumentar a exploração quantitativa e qualitativa de seus funcionários, utilizar-se de uma estrutura burocrática hierarquizada (autoritária) que gera rapidez nas tomadas de decisão, driblar medidas anti-poluentes, comprometer a qualidade do produto sem perder seu mercado consumidor através da manipulação midiática, etc.

Paul Singer entende que os empreendimentos solidários possuem pelo menos uma característica que lhes confere uma vantagem competitiva perante as empresas capitalistas convencionais. Esta vantagem seria dada pela maior satisfação e empenho dos

trabalhadores gerados pela “autogestão” e pela propriedade coletiva dos meios de produção, o que acarreta em igualdade na repartição dos benefícios conquistados pela cooperativa.

... na autogestão, o esforço produtivo dos trabalhadores é maior e mais espontâneo; a vigilância sobre os trabalhadores, em vez de ser exercida por um poder externo, é feita por dentro da coletividade obreira, o que diminui seu custo e altera sobremaneira seus efeitos; constata-se redução do desperdício, aumento na qualidade da produção etc... Tudo isso torna possível transformar uma empresa capitalista semi-quebrada numa cooperativa bem sucedida. (SINGER Apud ANTEAG: 1998, p. XXXII)

Porém, mesmo que admitíssemos essa pretensa “vantagem competitiva”, o que se vê na realidade é que as cooperativas tidas como solidárias não são páreas para as outras estratégias, artimanhas e armas das empresas capitalistas na luta pela sobrevivência mercadológica. Ademais, a grande maioria dos grupos da ES tem de enfrentar problemas internos importantes como a falta de formação técnica e administrativa dos trabalhadores, a falta de crédito destes homens e mulheres, a herança de dívidas – principalmente quando a cooperativa é formada a partir de uma empresa capitalista falida – etc.

Segundo essa compreensão, as cooperativas da “Economia Solidária” não deveriam competir com as demais empresas no mercado capitalista. Mas antes, sair deste mercado e desta lógica produtiva. Criando um outro caminho para o desenvolvimento das forças produtivas e das formas organizacionais da produção. Pois, contrariamente às indústrias e empresas capitalistas que têm como meta aumentar a produtividade para aumentar o lucro, as cooperativas solidárias buscariam o aumento da produtividade objetivando, teórica e fundamentalmente, a satisfação democrática das necessidades sociais e a libertação dos homens e mulheres do trabalho alienado e alienante.

Se e quando²³ a economia solidária, formada por empreendimentos individuais e familiares associados e por empreendimentos autogestionários, for hegemônica, o sentido do progresso tecnológico será outro, pois deixará de ser produto da competição intercapitalista para visar a satisfação de necessidades consideradas prioritárias pela maioria.²⁴

Independente da filiação ideológica de Paul Singer no que se refere às expectativas e apostas do autor sobre o futuro da economia capitalista e sobre as potencialidades da ES, o que mais nos interessa agora é demonstrar como Singer trata a economia solidária enquanto um modo de produção futuro, enquanto uma construção a se realizar, etc. Diferente, portanto, das afirmações que vimos no primeiro capítulo onde o autor não só afirma a ES como modo de produção alternativo existente, como também, busca caracterizar as especificidades intrínsecas da economia solidária que a distinguiriam necessariamente e radicalmente dos empreendimentos capitalistas.

Nesse sentido, Singer projeta uma mudança de modo de produção através das práticas denominadas pertencentes à “Economia Solidária” e entende que tais atividades seriam um caminho possível para o sistema pós-capitalista, para o socialismo. Nos próprios termos do autor:

... eu sonhava discutir o socialismo com a liderança do meu partido [PT], para esclarecer mal-entendidos e deixar claro que a economia solidária era o modo prático e teórico de construir o socialismo, no capitalismo neoliberal de hoje.²⁵

²³ Negrito nosso.

²⁴ SINGER, P. **Desenvolvimento: significado e estratégia**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

²⁵ SINGER, P. **O Projeto Socialista**. In: Jornal Folha de São Paulo. Caderno *Mais!*. Domingo, 07 de agosto de 2005.

Todavia, nosso autor, mesmo sabendo “para onde quer ir”, parece não ter certeza de “como chegar”, nem mesmo de “onde está caminhando”. Dizemos isso por conta de todo o conjunto de frases e afirmações descompassadas do ponto de vista teórico-conceitual realizadas por Singer. Em seus textos sobre Economia Solidária, nosso autor insiste em nos surpreender com frases desconcertantes, tais como:

As empresas solidárias tendem a se federar, formando associações locais, regionais, nacionais e internacionais. O que impulsiona esta tendência é o mesmo conjunto de fatores que produz a centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados: os ganhos de escala que permitem reduzir custos; a necessidade de juntar recursos para desenvolver nova tecnologia e difundir a melhor tecnologia, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco. (SINGER: 2002b, P. 85)

Se o autor quis “naturalizar” a busca dos empreendimentos solidários pela formação das Redes cooperativas, o que conseguiu foi trazer as empresas capitalistas convencionais mais para perto das cooperativas solidárias. Cooperativas estas que Singer, em determinado momento, faz questão de chamar de *antítese das empresas capitalistas*.

1. A Confusão conceitual dentro da SENAES

Como vimos, a articulação de pessoas e organizações em torno da idéia e práticas da “Economia Solidária” culminaram na formação de entidades governamentais e não-governamentais, na formação de grupos de estudo, pesquisa e fomento do ideário e procedimentos solidários, na caracterização do movimento sócio-econômico e na

configuração da ES. Dentro desse processo, a criação recente de maior peso no país é a SENAES, não apenas por ser a instituição federalmente credenciada sobre o assunto, mas também pela sua história (fruto de uma articulação no Fórum Social Mundial) e pela sua coordenação: Paul Singer, um dos autores mais conhecidos pelas pessoas ligadas à ES no país e no mundo.

O que antes encarávamos como sendo uma descontinuidade conceitual, vai se cristalizar enquanto um recuo teórico nos textos referenciais da SENAES, ou seja, quando analisamos o conceito de Economia Solidária trabalhado dentro da Secretaria Nacional de Economia Solidária, percebemos com facilidade o abandono do discurso singeriano de evocar a ES enquanto um modo de produção alternativo (existente ou futuro). Nesses textos, a ES aparece como sendo, na melhor das hipóteses, uma forma organizacional diferenciada com potencialidades transformadoras.

Teríamos dum lado, cooperativas de produção industrial e de serviços dotadas de capital abundante, que empregam a melhor tecnologia e se mostram competitivas no mercado mundial ou em mercados nacionais. Viriam, em seguida, cooperativas dotadas de capital modesto, que empregam tecnologias herdadas de empresas antecessoras, e enfrentam grandes dificuldades para se manter em alguns mercados. E, finalmente, teríamos grande número de pequenas associações de trabalhadores marginalizados ou de pessoas estigmatizadas – ex-detentos, deficientes físicos, ex-dependentes de drogas, moradores de rua etc. – que procuram desenvolver alguma atividade produtiva mas que sobrevivem em grande medida graças a doações e ao trabalho voluntário de apoiadores externos.

A esta classificação de entidades associativas produtoras de mercadorias devemos adicionar cooperativas de trabalho, que não têm outro capital senão a capacidade de trabalho de seus membros. Estas cooperativas procuram vender serviços (de limpeza, de manutenção, de reparação, de jardinagem, de vigilância etc.) a serem prestados nos locais e com o uso de meios fornecidos pelos compradores. As cooperativas de trabalho se aproximam perigosamente das empreiteiras de mão-de-

obra e das falsas cooperativas, montadas por firmas capitalistas que visam explorar o trabalho dos cooperados sem lhes pagar as contribuições trabalhistas legais.

Integram ainda o campo da economia solidária clubes de trocas, formados por pequenos produtores de mercadorias, que constroem para si um mercado protegido ao emitir uma moeda própria que viabiliza o intercâmbio entre os participantes. E diferentes cooperativas de consumidores, com destaque para as de crédito, de habitação, de saúde e escolares. Estas cooperativas de consumidores somente pertencem à economia solidária à medida que abrem suas portas aos profissionais que os operam. (SINGER: 2003, p. 22-23)

O que traz esse trecho além de demonstrar que os “empreendimentos solidários” têm diversas origens e diversos caminhos a trilhar? Nosso incômodo não é com o que efetivamente está escrito no trecho, mas o que não está, ou seja, não encontramos nele a ênfase nas cooperativas de produção, cooperativas estas outrora tão emblematicamente reverenciadas e apreciadas por Singer como vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

Se tomarmos os textos divulgados pela SENAES, mesmo aqueles elaborados exclusivamente por Singer, não teremos dificuldades em perceber que há uma grande confusão quanto ao próprio conceito de ES, ao ponto de se considerar economia solidária sinônimo de *Economia Popular Solidária*, *Socioeconomia Solidária*, *Economia Social*, *Economia Popular*, entre outras:

Considera-se empreendimento de economia solidária a organização que possua as seguintes características:

a) São organizações coletivas (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), suprafamiliares, cujos sócios/as são trabalhadores/as urbanos/as e rurais. Os que trabalham no empreendimento são, na sua quase totalidade, proprietários/as ou coproprietários/as, exercendo a gestão coletiva das atividades e da alocação dos seus resultados.

b) São organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, deve-se incluir empreendimentos em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.

c) São organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

d) São organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (incluindo as cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares administrados pelos próprios sócios/as trabalhadores/as), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização.

e) São organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.²⁶

Ora, nesses termos, quase tudo é economia solidária. Entendemos que essa “flexibilidade conceitual” dentro da SENAES, essa falta de rigor na caracterização do empreendimento solidário, compromete o entendimento dos participantes e dos fomentadores da ES. Mais que isso, compromete imensamente a identidade desses empreendimentos enquanto organizações que pretendiam buscar – segundo várias afirmações singerianas – trabalho e renda a partir de um outro tipo de via produtiva/comercial. Esse caleidoscópio conceitual ao qual a SENAES chama de ES está longe de ser a Economia Solidária concebida por Singer até então, qual seja, um modo de produção alternativo pautado no cooperativismo democrático e “autogestionário”.

²⁶ SENAES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

Obviamente que entendemos a impraticabilidade em se contrastar “Singer-secretário” (que tenta dialogar e negociar suas metas e propostas dentro de um órgão político, com todos os problemas, dificuldades e desvios que isso acarreta) com “Singer-professor” ou “Singer-escritor”, “Singer-ideólogo”. Nem é nosso objetivo fazê-lo, afinal, não nos interessa condenar ou glorificar o autor ou sua proposta de “Economia Solidária”. Nosso desejo é o de marcar que de toda a ênfase revolucionária de outrora, o que fica para o conceito de Economia Solidária dentro do órgão público federal que Singer coordena é que esta seria um conjunto de iniciativas sócio-econômicas pautadas em quatro pilares básicos: *o empreendedorismo econômico, a solidariedade, a “autogestão” e, fundamentalmente, os princípios gerais do cooperativismo*, os quais já foram vistos no primeiro capítulo deste texto.

Por empreendedorismo econômico entende-se a organização de homens e mulheres, que descontentes com sua atual situação sócio-econômica, se unem para montar seu próprio negócio, para criar sua própria atividade econômica/produzindo objetivando auto-sustento e melhores condições de vida.

Já a solidariedade é o princípio norteador por excelência das ações da cooperativa. Tal orientação não tem nenhum sentido caritativo ou algo do gênero, mas ao contrário, configura-se enquanto postura administrativa e valorativa contrária à idéia da competição. Isso quer dizer que na ES, embora os trabalhadores busquem também renda e benefícios econômicos, estes não podem vir antes ou em detrimento da manutenção dos postos de trabalho e do bem-estar coletivo dos cooperados.

No que tange à “autogestão”, esta seria a forma organizacional assumida nos empreendimentos da ES. Consiste na horizontalização e democracia administrativas, onde são os próprios trabalhadores, todos eles, sem exceção, que comandam as decisões, as

atividades e os caminhos da empresa, ou melhor, da cooperativa ou grupo de trabalho, sob uma igual repartição dos ganhos e responsabilidades dentro da organização.

2. Empreendedorismo?

Embora atribuamos às atividades de trabalho econômico-solidárias o termo “empreendimentos”, temos dificuldade em considerar estes como sendo fruto do *empreendedorismo* tradicional²⁷.

No processo empreendedor [...], no qual algumas pessoas se reúnem para abrir uma empresa, as competências dos empreendedores têm papel fundamental para a percepção da oportunidade do negócio e para definir como explorar essa oportunidade. Os candidatos a empreendedor possuem educação formal elevada (graduação e pós-graduação) e experiência prévia de trabalho. Durante a vivência no trabalho a oportunidade é percebida e os potenciais empreendedores pensam na forma de explorar a oportunidade, avaliando tecnologias, contatando clientes e fornecedores (muitos deles conhecidos a partir de sua experiência de trabalho) e estudando todos os aspectos relativos à viabilidade do negócio. Com a idéia madura, e já estando claro qual é o segmento de mercado a ser atendido (sempre específico e bem delimitado), especificados os clientes e fornecedores (nome e

²⁷ “O problema do ‘empreendedorismo’ foi pioneiramente tratado por Schumpeter, que reconhece sua importância como motor do desenvolvimento econômico e, portanto, entende o comportamento do empreendedor como um problema específico a ser analisado. O ‘empreendedor’ schumpeteriano é o responsável por criar novas combinações, alimentando o movimento de ‘destruição criativa’ do sistema econômico. Faz parte de suas características pessoais intuição, capacidade de enxergar as coisas, e liderança ou capacidade de dar um passo além da rotina (que são, para o autor, mais importantes que características objetivas como técnica, facilidade para sistematizar dados, recursos financeiros etc.)” (BACIC, M. J. et. al. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq68.doc>).

endereço), a empresa é aberta. A duração do ciclo que vai da percepção da oportunidade até o lançamento da empresa é, no Brasil, de quase três anos.

Vemos, portanto, que o processo de constituição de uma cooperativa popular é, em suma, invertido em relação aos “empreendimentos isolados”: primeiro o grupo, a determinação do produto, a criação da cooperativa, o levantamento de recursos, depois a motivação e a capacitação.²⁸

Ainda que as considerações de Bacic sejam interessantes à nossa discussão, devemos fazer uma ressalva importante: não é verdade que todas as cooperativas são fruto de uma iniciativa externa ao grupo de trabalho, ou seja, como vimos anteriormente, as primeiras práticas da “Economia Solidária” já existiam antes mesmo de comporem o quadro de empreendimentos dito solidários e estes foram criados por homens e mulheres que buscavam, por si só, alternativas à miséria imposta pelo desemprego.

Porém, mesmo nesses, as características do empreendedorismo não são de suma relevância, pois o que se vê é que os homens e mulheres que se unem nesses empreendimentos o fazem sob um caráter emergencial e em atividades de baixa qualificação profissional e técnica. As atividades tidas como empreendedoras:

...são levadas a cabo por indivíduos provenientes de classes sociais mais altas e com nível educacional em média muito acima do que ocorre nas cooperativas populares, e mesmo acima da média brasileira. Dessa forma, há uma ênfase maior para a necessidade de auto-realização, já que as necessidades mais primárias (como as fisiológicas) já estão previamente satisfeitas. Os cooperados muitas vezes são indivíduos socialmente excluídos, de forma que suas necessidades essenciais não estão, muitas vezes, plenamente satisfeitas, o que os leva a dar uma maior ênfase a fatores diretamente relacionados à renda.

²⁸ BACIC, M. J. et. al. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq68.doc>.

Os motivos que levaram o empresário brasileiro a empreender são principalmente subjetivos (ou endógenos), como a busca de auto-realização e a vontade de pôr em prática seus conhecimentos. Depois, vem a vontade de aumentar os rendimentos. Do total, somente 2% dos pequenos empresários do estudo empreenderam porque estavam desempregados.²⁹

3. Solidariedade?

Singer conta com um “espírito solidário” guiando as pessoas que compõem os empreendimentos da ES. Porém, ainda que concebêssemos que a solidariedade exista nesses empreendimentos devido à escolha política de se construir uma forma diferente de obtenção de sustento – o que, como vimos, não parece ser o caso³⁰ –, está claro que tal comportamento é contrário ao arcabouço ideológico-moral-comportamental reinante, por isso, encontra obstáculos internos e externos de grande monta.

Seria um erro supor que a economia solidária é uma única opção de sobrevivência das camadas mais pobres e excluídas das classes trabalhadoras. Não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas imaneamente solidárias. O que se observa é que há muita solidariedade entre os mais pobres e que a ajuda mútua é essencial à sua sobrevivência. Mas esta solidariedade se limita aos mais próximos, com os quais a pessoa pobre se identifica. A mesma pessoa que se mostra solidária com parentes e vizinhos disputa com unhas e dentes qualquer oportunidade de ganho contra outras, que lhe

²⁹ Idem.

³⁰ Lembremos de como a grande maioria dos empreendimentos ditos solidários são formados, ou seja, a partir da busca emergencial de trabalho e renda.

são ‘estranhas’. E muitos deles aceitam e internalizam os valores do individualismo que fundamentam a instituição do capitalismo. (SINGER: 2003, p. 15)

Assim, percebemos que se a solidariedade existe, ela é basicamente interna à cooperativa, sufocada e boicotada a todo momento pela ideologia, cultura e, fundamentalmente, pela prática sócio-econômica hegemônica.

É importante lembrarmos que “solidariedade interna à empresa” não é mérito ou diferencial da ES, mas é prática crescente (desejada e fomentada) dentro das empresas capitalistas contemporâneas. É de conhecimento geral que dentre os novos jargões do empresariado mundial – inclusive dentro das universidades formadoras de profissionais da administração –, temos: “empreendedorismo de grupo”, “trabalho em grupo”, “espírito de grupo”, solidariedade entre os “parceiros”, “coordenação” ao invés de “chefia”, “colaboradores” ao invés de “empregados ou servidores”, “iniciativa pessoal somada ao grupo”, “somar capacidades”, “agregar valor via capital humano”, “motivação do grupo”, etc.

Ademais, se imaginarmos que a solidariedade entendida enquanto comportamento-moral de socialização generalizado (externo aos objetivos de lucro empresarial) necessitaria ainda ser construída, então, logicamente, esse “espírito” ainda não existe. Se não existe, os “empreendimentos solidários” não podem ser caracterizados por possuírem solidariedade, mas por procurarem desenvolvê-la. E por isso mesmo, não podem apostar tanto no quesito “solidariedade” como sustentáculo de suas atividades.

O caminho para a solidariedade, nesses termos, parece ser muito longo. Vejamos algumas considerações de Marisa Galvão:

Democratizar a sociedade, retomar valores comunitários, gerir empreendimentos solidários, respeitar os princípios cooperativos, constitui-se num complexo processo de (re)aprendizagem. Sair das amarras de uma cultura desde sempre dominante, hierárquica, individualista, comandada pelo mercado, cujo saber também está concentrado nas mãos de poucos, requer o desenvolvimento de um novo e amplo processo de educação ou de formação. Além da educação que se dá no interior das escolas, nos espaços produtivos, no meio social, no espaço familiar, deve ser considerada também a *auto-educação*, aquela que ocorre cotidianamente, expressa na forma de agir, de pensar, na visão de mundo.³¹

A cultura do trabalho experimentada por muitos trabalhadores que hoje são cooperados, exige um outro aprendizado, na medida em que precisam se adaptar à nova lógica, diferente do trabalho mensal, celetista, heterogerido, comandado por um patrão. Muitos dos novos cooperados, precisam aprender a utilizar o potencial de conhecimento que possuem e a capacidade de colocarem-se como sujeitos das relações sociais que estão desenvolvendo no interior do processo de trabalho, abandonando assim, a cultura da subordinação.³²

No que tange à cultura solidária, vê-se que embora tendo apoio de várias entidades (governamentais e da sociedade civil), embora existam mercados e campos de atuação para os empreendimentos solidários, embora existam cada vez mais pessoas expulsas do mercado de trabalho capitalista, sofrendo as mazelas do desemprego e das privações materiais, culturais, educacionais e de lazer, grande parte das “cooperativas solidárias” formadas adere ao ideário da ES devido a um incentivo/desejo externo provenientes desses vários órgãos de fomento da economia solidária no Brasil e no mundo.

³¹ GALVÃO, M. N. & CITUENTES, R. **Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho**. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc12.doc. Acessado em 2005.

³² Idem.

Gozando de uma imensa e competente rede midiática, o modo de produção capitalista cultiva nas mentes e nos corpos das pessoas posturas imediatistas, egoístas, consumistas, competitivistas, etc., além de o entendimento de que o capitalismo seria o único modo de organização possível, o último e mais desenvolvido sistema produtivo que o ser humano pode conhecer.

Portanto, a solidariedade enquanto princípio norteador não é uma realidade para a maioria dos homens e mulheres que se insere nos empreendimentos “econômico-solidários”. Não só tal solidariedade é externa (fomentada por outros que não os trabalhadores) como também está distante do trabalhador(a), pois não faz parte de sua cultura, de sua compreensão e de seus objetivos.

Obviamente que não consideramos que seria possível uma mudança de cultura sem uma mudança de estruturação sócio-econômica – exatamente como veremos logo mais –, assim, o que queremos frisar agora é que a pretensa “ética solidária” não se configura exatamente enquanto princípio moral norteador dos empreendimentos solidários como poderíamos vir a acreditar a partir das considerações singerianas sobre ES.

Além disso, há outro fator muito importante a se considerar no que tange à formação do comportamento e da mentalidade capitalista que não é devidamente trabalhado por Singer: trata-se da natureza das forças produtivas, ou seja, da ausência de crítica à toda carga política, ideológica e comportamental cristalizada nos meios de produção forjados dentro do capitalismo.

Os trabalhos de Henrique Novaes e do professor Renato Dagnino trazem tal crítica a partir do pensamento de Feenberg e nos ajudam a perceber mais essa limitação conceitual e programática em Paul Singer:

De acordo com Feenberg (1991), devemos fazer uma crítica recontextualizante que traga os objetos-artefatos para os meios sócio-culturais-históricos nos quais estes foram concebidos e assim desvendar o fetiche dos artefatos culturais. [...] A tecnologia não é um instrumento isento de valores, justamente porque envolve questões políticas: é um importante veículo para dominação cultural, controle social e a concentração do poder industrial. Assim, a racionalidade técnica seria também racionalidade política: os valores de um sistema social específico e os interesses da classe dominante se instalam no desenho das máquinas e em outros supostos ‘procedimentos racionais’ [...] a tecnologia está sujeita ao conflito histórico entre os detentores dos meios de produção e a mão-de-obra assalariada; o que o leva a considerar a tecnologia como um ‘parlamento de coisas’. (NOVAES & DAGNINO: 2004)

Ao não dar a devida atenção para esse problema, ou melhor, pelo fato de não entender a apropriação dos meios de produção capitalistas por uma suposta “*forma alternativa de produção*” como sendo um problema, poderíamos identificar Singer como sendo um simpatizante da “*visão instrumental*” da tecnologia, ou como diria Feenberg, um simpatizante do “*fetichismo da tecnologia*”.

Feenberg (1999) interpreta a relação entre o fetiche da mercadoria e da tecnologia dizendo: ‘No uso marxiano, o fetichismo das mercadorias não é a atração pelo consumo, mas a crença prática na realidade dos preços colocados nas mercadorias pelo mercado. Como destaca Marx, o preço não é, de fato, um atributo ‘real’ (físico) das mercadorias, mas a cristalização de uma relação entre os fabricantes e os consumidores. No entanto, o movimento das mercadorias do vendedor para o comprador é determinado pelo preço como se ele fosse real. Do mesmo modo, o que se mascara na percepção fetichista da tecnologia é seu caráter relacional, justamente porque ela aparece como uma instância não-social de pura racionalidade técnica’.

Feenberg (1999) explica a persistência do conceito reificado da tecnologia na estrutura social de uma sociedade capitalista tecnologicamente desenvolvida, afirmando que tal estrutura modela tanto

as relações práticas quanto subjetivas dos seres humanos com a tecnologia. Nos assuntos práticos do dia-a-dia, a tecnologia nos é apresentada, primeiro e acima de tudo, por sua função. Nós a entendemos como essencialmente orientada para o uso.

Para Feenberg (2002), a filosofia da tecnologia esqueceu que a tecnologia nada mais é que um artefato cultural e que, por isso, não está livre de influências históricas, políticas, culturais. Em última análise, que está sujeita à luta de classes. Para a visão do determinismo tecnológico, todas as civilizações tenderiam a ‘alcançar’ padrões tecnológicos sempre mais avançados. O progresso técnico é entendido como fosse um bonde que segue caminho próprio, onde todas as nações deveriam ‘embarcar’; umas antes outras depois. Partindo de uma análise independente do mundo social, os deterministas se apóiam no suposto de que as tecnologias têm uma lógica funcional autônoma, que pode ser explicada sem referência à sociedade. (Ibidem)

Fernando Motta corrobora com a visão que entende as forças produtivas enquanto fruto e cristalização de processos sócio-econômicos específicos. Vejamos:

Existe [...] todo um comportamento social que é imposto pela máquina. [...] A função diretiva torna-se cada vez mais complexa, e com isso mais política. (MOTTA: 1991, p. 22)

A ciência gerada em um universo burocrático, orgulhosamente desinteressada de qualquer valor, destruiu também muitos valores e objetivos da vida, mas, evidentemente, também não foi e não pode ser capaz de dar ao homem uma verdadeira razão de ser. As virtudes da burocracia são as virtudes do capitalismo: um mundo de dominação e de falta de sentido. Assim, a burocracia, que é a forma de organização mais racional, acaba sendo rigorosamente a mais irracional. (MOTTA: 1991, p. 32)

4. Autogestão?

Fica claro que Paul Singer concebe a autogestão de uma forma bastante reduzida se comparada a outras formulações socialistas do conceito. Isto porque, a autogestão singeriana consiste basicamente num “parlamentarismo democrático interno” à cooperativa dita econômico-solidária. Ou seja, para o autor, a igualdade entre os trabalhadores dentro das cooperativas no que tange à posse comum dos meios de produção desta e ao igual direito participativo nas assembleias soberanas (1 trabalhador/1 voto) caracterizariam as bases materiais suficientes à “autogestão”.

Claro que Singer vai tratar reiteradas vezes da necessária mudança de comportamento político e cultural dos trabalhadores para que a autogestão se concretize enquanto prática viável. Todavia, mesmo essa “ampliação” nas dimensões das exigências à autogestão entendida pelo autor não o trás nem perto do conceito de autogestão afirmado, dentre outros, por A. Guillerme e Y. Bourdet:

...o que chamamos autogestão é outra organização nacional (ou, melhor ainda, uma federação de nações de vocação mundial) que suprime o capitalismo e o estatismo em benefício de um conjunto autogestionado de cooperativas igualmente associados segundo um plano elaborado pela soma de necessidades e desejos.

Assim, enquanto a participação, o controle operário e as cooperativas concernem apenas à produção e à economia, a autogestão é uma transformação radical, não somente econômica mas política, levando-se em conta que ela destrói a noção comum de política (como reservada a uma casta de políticos) para criar um outro sentido da palavra política: a saber, a manipulação, sem intermediário e em todos os níveis, de todos os ‘seus negócios’ por todos os homens.” (GUILLERME & BOURDET: 1976, p. 30-31)

Essa negação da alienação – a autogestão – não consiste no aperfeiçoamento das condições de trabalho, e sim na invenção de um novo tipo de atividades livremente construídas que **revolucionam o trabalho, as ferramentas e os produtos**³³. (Idem, p. 210-211)

Notamos novamente a crítica às forças produtivas capitalistas e ao produto gerado nos empreendimentos capitalistas, não apenas à forma como se dá a divisão do trabalho nesses empreendimentos – crítica esquecida ou negligenciada por Singer que aposta na Economia Solidária se constituindo de cooperativas, onde os trabalhadores assumem a massa falida da empresa em que antes eram assalariados, permanecendo produzindo os mesmos produtos a partir da utilização dos mesmos meios e técnicas de produção de antes.

Outra prova de que o conceito de “autogestão” singeriano é bastante diferenciado, e poderíamos dizer até limitado, encontra-se na dependência dos empreendimentos solidários quanto às ações do Estado e dos órgãos de fomento da ES:

A competição é boa de dois pontos de vista: ela permite a todos nós consumidores escolher o que mais nos satisfaz pelo menor preço; e ela faz com que o melhor vença [...] Os que melhor atendem os consumidores são os ganhadores, os que não o conseguem são os perdedores (SINGER: 2002a, p. 07)

... mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior, em função do acaso e das diferenças de habilidade e inclinação das pessoas que as compõem. Haveria portanto empresas ganhadoras e perdedoras. Suas vantagens e desvantagens teriam de ser periodicamente igualadas para não se tornarem cumulativas, o que exige um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito. (SINGER: 2002a, p. 10)

³³ Negrito nosso.

Ademais, mesmo reduzida ao interior das cooperativas, a “autogestão” singeriana está longe de ser uma realidade. Afinal, as assembléias, onde o autor diz que todos os cooperados têm o mesmo poder decisório devido à fórmula “*1 trabalhador = 1 voto*”, não são tão democráticas e soberanas assim, pois:

... os trabalhadores não têm o mesmo poder de decisão: Como uma espécie de crítica ao cooperativismo parlamentarista e a subordinação dos trabalhadores aos engenheiros, Braverman escreve: “As demandas de participação dos trabalhadores e controle dos trabalhadores escapam de muito à visão marxista. O conceito de uma democracia na oficina baseada simplesmente na imposição de uma estrutura formal de parlamentarismo – eleição de diretores, votação sobre decisões referentes à produção de acordo com a organização existente é decepcionante. Sem o retorno do requisito de conhecimento técnico pela massa dos trabalhadores e reformulação da organização do trabalho – sem, em uma palavra – um novo e verdadeiramente coletivo modo de produção – a votação nas fábricas e escritórios não altera o fato de que trabalhadores continuem dependendo tanto quanto antes dos ‘peritos’ e só podem escolher entre eles ou votar nas alternativas apresentadas por eles.” (NOVAES & DAGNINO: 2004)

A autogestão pressupõe que o trabalhador seja capaz de atuar de maneira contundente no contexto econômico e político do empreendimento no qual ele está inserido. Mais do que isso, as possibilidades de desenvolvimento local que tais empreendimentos solidários proporcionam exigem que o trabalhador saiba atuar politicamente na comunidade local de maneira responsável. Por esse motivo, é necessário que os trabalhadores adquiram e consolidem uma formação educacional crítica que permita a absorção de valores como solidariedade e cooperação, em contraposição ao sistema de valores capitalista. Tudo isso, sem descuidar de uma formação técnica capaz de permitir a adequada geração de riqueza em tais empreendimentos e a gestão eficiente destes. É a articulação entre esses

dois aspectos, educação crítica e formação técnica, que permitirá uma nova lógica de participação e distribuição de riqueza nesses empreendimentos econômicos.³⁴

Fica a pergunta, se essa última situação apresentada pela autora como sendo pressuposto para a autogestão não existe, quando muito, estaria em formação, então como a autogestão poderia existir no presente?

5. Cooperativismo?

Já vimos anteriormente (no capítulo II) que os “empreendimentos da economia solidária” não têm sua origem principal a partir de uma mobilização política, mas antes, devido à busca por trabalho e renda emergencial e circunstancial. Isso significa, que o compromisso dos homens e mulheres que se propõem às cooperativas solidárias não é com o combate à miséria geral, mas à miséria própria, não é com a luta de classes, não é se quer com a divulgação da própria Economia Solidária ou mesmo o cooperativismo. A rotatividade dos trabalhadores nessas cooperativas é muito alta, o que prova o caráter circunstancial da adesão dessas pessoas aos empreendimentos solidários.

Embora as cooperativas apareçam historicamente no movimento operário como possibilidade autogestionária e de democracia no trabalho, sua implementação efetiva defronta-se com diferentes contradições e depende de injunções políticas e econômicas: surgem sempre em momento de crise

³⁴ GALVÃO, M. N. & CITUENTES, R. **Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho**. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc12.doc. Acessado em 2005.

econômica e visam a atenuar situações de desemprego. Para Quijano (2002), as regras que regem as cooperativas são as do mercado e do salário, e o caráter de reciprocidade ou solidariedade operaria externamente às relações de trabalho, a partir da decisão consciente de seus membros. Essa consciência deriva de um processo complexo, pois raramente significa uma situação de materialidade objetiva mais satisfatória para seus membros do que a vivida anteriormente, o que explica o desinteresse por esse tipo de empreendimento em momentos de estabilidade e crescimento econômico. O caráter voluntário da adesão às cooperativas fica comprometido em contextos de crise econômica, nos quais as possibilidades de ocupação são reduzidas. Fica a questão se é uma alternativa à exploração capitalista, ou à falta dessa mesma exploração. (LIMA: 2003)

Ademais, o cooperativismo é muito amplo, isto é, desde sua origem, o cooperativismo ganhou muitas formas e diretrizes diferenciadas. Portanto, dizer que a ES tem como base o cooperativismo, obviamente, significa alguma coisa, mas não especifica tanto assim. Acompanhemos a variedade de cooperativas apresentadas pelo professor Jacob Lima em pesquisa recente:

Embora originário do movimento operário e socialista de contestação ao capital e constituindo-se em alternativa ao modelo de produção capitalista, o movimento cooperativista foi apropriado também por propostas reformistas de inspiração cristã, direcionadas à humanização das relações entre capital e trabalho.

1. A primeira delas, chamada Endowed Co-operatives são propostas advindas dos proprietários de empresas. Nessas situações, as motivações empresariais variam desde idéias socialistas cristãs, até o pragmatismo decorrente do interesse em se manter na empresa, a falta de herdeiros, ou mesmo o risco de perda da empresa por questões gerenciais, prejuízos econômicos etc. No geral, problemas financeiros levam a essa situação. Constituem-se então em empresas autogestionárias, nas quais os funcionários participam do controle acionário, que, no entanto, se

mantém ainda com os proprietários. A organização do trabalho pouco muda, e a democracia no trabalho, que raramente existe, conserva a hierarquia anterior.

2. As cooperativas “defensivas”, ou cooperativas “fênix” (Mellor, Hannah e Stirling, 1988), são formadas pelos operários visando a manter os empregos a despeito do fechamento ou da falência de fábricas e empresas. Geralmente, a formação da cooperativa é o último recurso quando outras ações de recuperação falharam. Resulta, assim, que essas cooperativas surgem com numerosos problemas, além de apresentarem uma situação comercial difícil. As fábricas, tecnologicamente defasadas e com baixa produtividade, perdem clientes e mercados.

3. As cooperativas “alternativas” resultam de movimentos contraculturais dos anos de 1960 e 1970, e seus membros são oriundos de classe média, bem educada, com ideais democráticos, voltados mais a necessidades sociais do que aos lucros. São predominantes nos países capitalistas avançados e são, na maioria das vezes, editoras, livrarias, lojas de comida e/ou produtos naturais, de informática, escolas de línguas e similares.

4. As cooperativas de “geração de renda” surgem com o crescimento do desemprego e visam a criar empregos. Em períodos anteriores, constituíam-se em programas governamentais de obras emergenciais vigentes em momentos de recessão econômica, principalmente na Europa. Em países em desenvolvimento, inclui programas propostos por agências de desenvolvimento que visam à organização de cooperativas em comunidades carentes que, em geral, enfrentam problemas de comercialização de seus produtos. Uma variação dessa estratégia são as cooperativas voltadas à terceirização industrial e criadas por políticas públicas de governos estaduais ou municipais, sindicatos, Igreja Católica e outras instituições. São chamadas também de cooperativas “populares” e estão voltadas igualmente aos desempregados e à população de baixa renda.

5. As cooperativas “pragmáticas” são cooperativas organizadas com o objetivo de terceirizar atividades de empresas e reduzir custos. Nestas, não existe a preocupação com democracia no trabalho ou autonomia do trabalhador. A finalidade é o trabalhador organizar-se autonomamente e responsabilizar-se pelo empreendimento, livrando a empresa das obrigações sociais. No geral, as empresas garantem, por algum tempo, contratos de compra de produtos ou serviços. São chamadas,

ainda, de falsas ou pseudocooperativas por sua desvinculação absoluta dos princípios cooperativistas.
(LIMA: 2003)

Diante de tal quadro, se se quiser usar as cooperativas e/ou o cooperativismo como referencial prático-conceitual, há de se responder primeiramente de que cooperativas e/ou cooperativismo estamos falando?

6. CONCLUSÃO

Entendemos que os maiores problemas da Economia Solidária para que esta possa se firmar como um mecanismo viável de geração de trabalho e renda, ou mesmo, como um mecanismo de transformação social de qualquer tipo, estejam, fundamentalmente, na própria estrutura da materialidade em que a ES tenta se desenvolver, ou seja, a organização geral do trabalho e as condições históricas e tecnológicas do modo de produção capitalista contemporâneo.

Embora se afigurasse como o gérmen do novo, a primeira ruptura com a velha forma, o cooperativismo, por si só, não parece ser suficientemente “negativo” para superar “positivamente” a formação capitalista. Somente uma das características do modo de produção capitalista fora superada: a negação da propriedade privada individual, através da eliminação do despotismo da divisão de trabalho *interno* ao empreendimento. Mas a anarquia da divisão *social* do trabalho permanece, pois as

cooperativas e empresas competem entre si *dentro* do sistema capitalista. A divisão social do trabalho, de certa forma, perpetua o fantasma do patrão.³⁵

Ou seja, ainda que se monte uma estrutura interna ao empreendimento solidário onde os cooperados são todos donos dos meios de produção e, por isso mesmo, responsáveis igualmente pela cooperativa, assim como, beneficiários igualitários dos ganhos da mesma, tais empreendimentos se encontram dentro da estrutura geral do capitalismo. Permanecem reféns do mercado capitalista, da lógica capitalista de produção, do desenvolvimento da ciência, técnica e tecnologia capitalistas, da ideologia e da mentalidade do capital.

Ora, mesmo que Singer insista em dizer que a ES é um modo de produção alternativo, ou ainda, quando mais cauteloso, sugere que a ES seria um modo de produção alternativo futuro (após a construção das Redes solidárias e do homem solidário, etc.), o próprio autor afirma com todas as letras: “*A economia solidária [...] compõe a formação social capitalista, que é capitalista porque o capitalismo não só é o maior dos modos de produção, mas molda a superestrutura legal e institucional de acordo com os seus valores e interesses*” (SINGER: 2002b, p. 86-87).

Assim, podemos dizer com alguma segurança que:

1º. Se Singer propõe a “Economia Solidária” enquanto modo de produção existente, ele se engana. Aliás, se contradiz, pois acabamos de ver que não é modo de produção algum, mas sim, vertente do modo de produção capitalista, ou na melhor das hipóteses, estrutura organizacional dissidente do modo de produção hegemônico;

³⁵ CONSTANTINO, A. K. **Marx e o Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq66.doc>. Acessado em 2005.

2º. Se o referido autor entende a ES enquanto modo de produção futuro, a ser construído, então a Economia Solidária é um ideal, uma utopia;

3º. Se entendermos a ES como sendo um conjunto de atividades sócio-econômicas realmente existentes, onde o professor Singer e vários outros autores, fomentadores e trabalhadores, vêem uma possibilidade de transformação social, então, a SENAES e o próprio Paul Singer têm que estar mais atentos quanto ao conceito e especificidades das práticas que pretendem fomentar. Afinal da caracterização de um cooperativismo combativo, das cooperativas de produção enquanto antíteses da empresa capitalista, das redes ou aldeias cooperativas, da “autogestão” (ainda que com justificadas aspas), da configuração de outro modo de produção, etc., chegamos à uma ES mal conceituada e mal situada do ponto de vista de um projeto político específico.

CAPÍTULO IV – A ECONOMIA SOLIDÁRIA REALMENTE EXISTENTE NO BRASIL

Tentamos até aqui realizar uma análise do entendimento singeriano sobre a Economia Solidária, buscando desvendar e problematizar algumas contradições e descaminhos teóricos e conceituais do autor. Gostaríamos agora de apresentar nosso próprio entendimento do que vem a ser Economia Solidária no Brasil.

Embora nosso trabalho tenha um caráter acentuadamente teórico-analítico, fazemos uso de resultados de diversas pesquisas, descrições, acompanhamentos e informações de pessoas e pesquisadores ligados ao movimento da economia solidária que circulam na internet, principalmente dentro das instituições conhecidas por Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (ITCPs). Além disso, acompanhamos por mais de três meses uma cooperativa de recicladores de lixo em Jaboticabal³⁶ por meio de visitas e convivência com os trabalhadores desta.

Para além da caracterização do conceito, pretendemos traçar um panorama da atual situação da ES no país, e ainda, ousaremos apontar alguns caminhos e perspectivas que consideramos possíveis ao movimento solidário.

³⁶ A cooperativa de recicladores de lixo em Jaboticabal se constitui de mais ou menos vinte (20) pessoas, dentre homens e mulheres, que vivem em estado de miserabilidade extrema, sem-trabalho e com baixo nível escolar (alguns são analfabetos e outros semi-analfabetos). O grupo apresenta grande rotatividade dos componentes, sendo que em quatro (4) anos, apenas três (3) integrantes estão a mais de dois (2) anos na cooperativa. O empreendimento foi auxiliado por alguns meses (5 à 6 meses) por um “Programa de Economia Solidária” da antiga gestão municipal (do Partido dos Trabalhadores). Tal auxílio consistiu em palestras sobre cooperativismo e solidariedade (5 ou 6 encontros), além de disponibilizar alguma assistência técnica em contabilidade. O programa foi desativado após o término da gestão petista em 2004. Agora, as contribuições municipais para com a cooperativa têm caráter caritativo – não muito diferente do antigo programa municipal. A cooperativa segue viva com muitas dificuldades e baixíssima lucratividade, onde as características autogestionárias e democráticas internas são mantidas mais graças à persistência do presidente da cooperativa (um dos mais antigos no empreendimento), do que propriamente pela vontade geral dos componentes.

A primeira afirmação sobre nossa compreensão de Economia Solidária já foi feita, qual seja, a de que a ES se configura como um movimento sócio-econômico concreto no Brasil a partir da década de 1980³⁷.

Por ser um movimento social composto por vários agentes e órgãos fomentadores, nos aproveitamos do arcabouço teórico desses órgãos de desenvolvimento e difusão do movimento solidário – principalmente das ITCs – para construir um quadro referencial mais ou menos hegemônico, assim caracterizando os empreendimentos solidários ou a Economia Solidária como organizações em que:

- Haveria a igualdade da posse dos meios de produção;
- Haveria a igualdade de poder decisório (1 trabalhador / 1 voto) na assembléia soberana em todos os assuntos da cooperativa³⁸;
- Haveria a igual repartição dos benefícios e ganhos da produção a partir das horas trabalhadas na cooperativa (igualdade de direitos);
- Haveria a igualdade de responsabilidade pela cooperativa (igualdade de deveres);
- Buscar-se-ia o desenvolvimento de um comportamento e de uma cultura democrática e solidária para além dos limites da cooperativa;
- Buscar-se-ia a formação de Redes de cooperativas solidárias com o intuito de se afastar cada vez mais da lógica e da regência do mercado capitalista globalizado;
- Fomentaria-se a crítica aos procedimentos da produção capitalista no que tange à exploração do trabalho humano e à degradação ambiental;

³⁷ Capítulo II deste texto.

³⁸ Ainda que fortemente pautada pelo cooperativismo, a ES não é pura e simplesmente cooperativismo – embora a SENAES pareça não entender ou conceber assim, dado seus textos referenciais que, como vimos, “referenciam” muito pouca coisa.

Assim concebida, vê-se que a situação atual da Economia Solidária é bastante desfavorável à implementação e ao desenvolvimento de suas características fundamentais.

A bem da verdade, a grande maioria dos “empreendimentos solidários” vistos até aqui seguiu ou segue, basicamente, dois caminhos: ou eles deixam de ser “solidários” para se tornarem competitivos e em pouco tempo sucumbem aos moldes das empresas capitalistas convencionais; ou estes empreendimentos minguam, falem ou desaparecem. Isto é, seja por um caminho ou por outro, a ES não se realiza.

No primeiro caso, ou seja, onde os empreendimentos acabam se descaracterizando enquanto pertencentes à Economia Solidária (fomentada, idealizada, etc.), percebemos duas trajetórias marcantes: uns se assumem enquanto *legítima empresa capitalista*, porém, outros mantêm a fachada de *cooperativa* buscando os benefícios de encargos trabalhistas, facilidades fiscais e de crédito, popularidade midiática e mercantil, etc. Quando esse último caminho é seguido, tais empresas “camufladas” de cooperativas passam a fazer parte das famosas “*cooperfraudes*”.

Mas essa não é a única maneira de se formar uma *cooperfraude*, ou seja, não é só através da transformação de uma cooperativa em empresa capitalista que não se assume enquanto tal. Há ainda as empresas capitalistas que fingem se tornar cooperativas, mas mantêm a estrutura, a postura e os objetivos dos empreendimentos capitalistas convencionais.

O professor Singer nos alerta para esse mecanismo e diz que, na atual fase de recessão econômica, muitos têm sido os exemplos desse tipo de artimanha jurídica.

Esta é uma das origens do surto de cooperativas de trabalho. Empresas criam cooperativas de trabalho, com seus estatutos e demais apanágios legais, as registram devidamente e depois mandam

seus empregados se tornarem membros delas, sob pena de ficar sem trabalho. Os empregados são demitidos, muitas vezes de forma regular, e continuam a trabalhar como antes, ganhando o mesmo salário direto, mas sem o usufruto dos demais direitos trabalhistas. Estas são as falsas cooperativas também conhecidas como cooperfraudes e outros epítetos. São cooperativas apenas no nome, arapucas especialmente criadas para espoliar os trabalhadores forçados a se inscrever nelas.³⁹

Lembrando que nossas pretensões neste trabalho são de demonstrar o quadro atual em que o movimento da Economia Solidária se insere – quadro bastante difícil por sinal –, devemos dizer que nem tudo são descaminhos e frustrações na, ainda recente, história da ES no Brasil.

Além de ter conseguido firmar-se como um movimento sócio-econômico concreto e de boa visibilidade política e teórica, os empreendimentos solidários têm conseguido trazer trabalho e renda a um crescente número de pessoas – ainda que a duras penas. Boa parte das práticas solidárias tem trazido trabalho desqualificado? Sim; rendimentos baixíssimos? Sim; perigo de auto-exploração ou intensificação da exploração? Sim; risco de se tornar um veículo para o aprofundamento da flexibilização (desregulamentação) do trabalho? Sim. Mas também se configura como um campo de possibilidades e de atuação para homens e mulheres necessitados de renda e desejosos por transformações sociais; um espaço em que se articulam práticas e ideais sufocados pela crise sócio-econômica atual.

... o predomínio do capitalismo não reduz a amplitude de possibilidades às referidas variações. Pelo contrário, essa amplitude de possibilidades inclui formas de conceber e organizar a vida econômica que implicam reformas radicais dentro do capitalismo, baseadas em princípios não capitalistas ou que

³⁹ SINGER, P. **Cooperativas de trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

apontam, inclusive, para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas. (SANTOS: 2002, p. 26)

Dessa forma, passemos para aquilo que consideramos poder ser contribuições plausíveis ao firmamento e desenvolvimento da Economia Solidária nos termos apresentados neste capítulo IV, ou seja, não a ES singeriana, mas a ES fomentada pelo movimento social concreto). São caminhos possíveis de procedimentos e posturas que podem auxiliar a ES a se tornar um mecanismo real de luta contra a miséria e a exploração capitalista atual. Assim como, fazer com que o movimento solidário evite se tornar o oposto do que seus fomentadores desejam: uma outra forma de personificação do sistema do capital.

1. Contribuições de Singer

O professor Singer, quando atenta para a dificuldade das cooperativas solidárias em competir com as empresas capitalistas convencionais, sugere a implementação ampliada – o máximo possível – de uma prática conhecida como: “*consumo solidário*”.

Consumir um produto que possui as mesmas qualidades que os similares – sendo ou não um pouco mais caro – ou um produto que tenha uma qualidade um pouco inferior aos similares – embora seja também um pouco mais barato – com a finalidade indireta de promover o bem-viver da coletividade (manter empregos, reduzir jornadas de trabalho, preservar ecossistemas, garantir serviços

públicos não-estaduais etc.) é o que denominamos aqui como consumo solidário. (SINGER: 2002a, p. 118)

Ainda segundo nosso autor, o lócus contemporâneo adequado à prática do consumo solidário seria o “*Clube de Troca*”.

Os clubes de troca são uma inovação recente na economia solidária. Eles foram inventados mais ou menos ao mesmo tempo no Canadá, na ilha de Vancouver, e na Argentina, em Bernal, em meados da década de 1980. São, em ambos os casos, respostas ao desemprego e à queda da atividade econômica provocada por recessões. Os clubes de troca reúnem pessoas desocupadas que têm possibilidades de oferecer bens ou serviços à venda e precisariam comprar outros bens e serviços, mas não podem fazê-lo porque para poder comprar têm antes de vender e no seu meio não há quem tenha dinheiro para poder comprar sem ter vendido antes. Em outras palavras, a falta de dinheiro inibe a divisão social do trabalho. Estas situações são muito comuns em localidades atingidas por grande perda de empregos.

O clube de troca resolve o impasse pela criação de uma moeda própria, que recebe um nome que em geral exprime a ideologia do clube: green dollar, real solidário, hora de trabalho etc. O clube escolhe democraticamente – um voto por cabeça – seus dirigentes, determina a taxa de câmbio de sua moeda com a do país, o valor total da emissão de sua moeda e sua repartição por igual entre todos os membros. Com esta moeda local os membros do clube começam a comprar bens e serviços uns dos outros. Para facilitar o intercâmbio, os clubes promovem reuniões e feiras de troca periodicamente, em que cada membro se apresenta aos demais, descreve o que tem para vender e o que precisa comprar. Ao fim das apresentações, os membros se encontram e efetuam as trocas, usando a moeda do clube como meio de pagamento. Também se recorre a jornais impressos e eletrônicos para divulgar as ofertas e as demandas entre os membros. (Ibidem, p. 105-106)

Não é difícil pensar no *Clube de Troca* como um embrião da tão almejada *Rede de Cooperativas*. Assim como de entender que o *consumo solidário* aparece com um caráter de medida provisória, inicial e breve dentro do arcabouço conceitual singeriano de ES enquanto modo de produção alternativo a se construir. Em suas próprias palavras:

O consumo solidário poderá ser um fator de sustentação de algumas empresas solidárias, do mesmo modo como o são os clubes de troca. Mas a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. (Ibidem, p. 120-121)

Ademais, Singer tem se dedicado a denunciar as *cooperfraudes*, não só por aquilo que elas são – mecanismos de intensificação da exploração, flexibilização, desregulamentação e precarização do trabalho – mas também, devido ao que estas representam para o movimento solidário, pois denigrem a imagem das verdadeiras cooperativas, dificultando o entendimento e o desenvolvimento do cooperativismo solidário.

Nosso autor ataca aqueles que se apegam ao trabalho assalariado regular⁴⁰ dizendo que nos dias de hoje seria muita ingenuidade, para não dizer estupidez, que a luta dos trabalhadores(as) se concentre, ou pior, se restrinja, à busca pelo beneficiamento do escasso e minguante trabalho assalariado dito regular. É importante reter que, para nosso autor,

⁴⁰ Trata-se aqui dos empregos com carteira de trabalho assinada e com todos os direitos garantidos pelas leis trabalhistas.

Estas considerações não pretendem indicar que a luta contra a precarização é inútil, mas que ela carece de bases legais para realmente coibir a perda incessante de direitos por cada vez mais trabalhadores. O fulcro da questão é que ou garantimos os direitos sociais a todos os trabalhadores, em todas as posições na ocupação – assalariados, estatutários, cooperantes, avulsos, terceirizados etc. – ou será cada vez mais difícil garanti-los para uma minoria cada vez menor de trabalhadores que hoje têm o status de empregados regulares.⁴¹

Como se vê, Singer propõe a luta para que os direitos trabalhistas adquiram o caráter jurídico de “*direitos humanos de todos que trabalham, sejam autônomos individuais ou coletivos, sejam assalariados ou estatutários*”⁴².

Segundo essa concepção, tal medida resolveria, dentre outros, o problema com as cooperfraudes, o que seria extremamente positivo não só para os trabalhadores(as) em geral, como também e, fundamentalmente, para o movimento solidário.

A generalização dos direitos acabaria de uma vez com a necessidade prática de distinguir cooperativa de verdade ou de mentira. As falsas cooperativas têm como única finalidade deixar de pagar o ônus destes direitos; se a fiscalização trabalhista pudesse obrigá-las a cumprir a legislação, cessaria sua razão de ser. As cooperativas de trabalho autênticas perderiam a possibilidade de se auto-explorar para obter contratos, como muitas vezes fazem. Teriam que disputar em condições de igualdade os mercados com empresas capitalistas, outras cooperativas e outros tipos de sociedade.⁴³

A regulação das cooperativas de trabalho torná-las-á muito mais acessíveis aos trabalhadores que queiram formá-las ou integrar alguma, pois eliminará a preocupação com os direitos trabalhistas.

⁴¹ SINGER, P. **Em defesa dos direitos dos trabalhadores**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

⁴² SINGER, P. **Cooperativas de trabalho**. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

⁴³ Idem.

Hoje, quem participa de cooperativas de trabalho carece de qualquer garantia quanto a estes direitos; seu eventual gozo depende das vicissitudes dos mercados, em que a formação do custo do trabalho não inclui freqüentemente o custo do salário indireto. O marco legal do cooperativismo do trabalho deverá provocar uma elevação do custo do trabalho nos mercados de serviços terceirizados, reparando a injustiça que hoje atinge aos que encontram neles sua fonte de subsistência.⁴⁴

Fica claro que, para Singer, faz-se necessário a organização e mobilização política dos trabalhadores e dos órgãos representantes destes para que se construa a referida transformação de direitos trabalhistas em direitos humanos *aos que trabalham*.

2. Contribuições de Bourdieu

A partir do exposto até aqui, fica claro que a luta travada pela ES não é apenas no campo da estrutura administrativa e produtiva, mas também é uma luta no âmbito das práticas individuais, dos valores, posturas e desejos subjetivos.

Para tanto, as proposições de Pierre Bourdieu têm muito a contribuir, não só para uma melhor visualização das dificuldades a serem enfrentadas, mas também, e em decorrência disto, para a elaboração de estratégias políticas que dêem conta de tais dificuldades.

O primeiro destes conceitos elucidativos é o se entende por “*habitus*”:

⁴⁴ Ibidem.

O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas [...]

Os habitus são princípios geradores de práticas distintas e distintivas – o que o operário come, e sobretudo sua maneira de comer, o esporte que pratica e sua maneira de praticá-lo, suas opiniões políticas e sua maneira de expressá-las diferem sistematicamente do consumo ou das atividades correspondentes do empresário industrial; mas são também esquemas classificatórios, princípios de classificação, princípios de visão e de divisão e gostos diferentes. Eles estabelecem as diferenças entre o que é bom e mau, entre o bem e o mal, entre o que é distinto e o que é vulgar etc., mas elas não são as mesmas. Assim, por exemplo, o mesmo comportamento ou o mesmo bem pode parecer distinto para um, pretensioso ou ostentatório para outro e vulgar para um terceiro.

Mas o essencial é que, ao serem percebidas por meio dessas categorias sociais de percepção, desses princípios de visão e de divisão, as diferenças nas práticas, nos bens possuídos, nas opiniões expressas, tornam-se diferenças simbólicas e constituem uma verdadeira linguagem. (BOURDIEU: 1996, p. 21-22)

Com isso, entende-se que os determinantes do comportamento humano não são simples nem tão claros. As ações e interações humanas provêm de estruturas e contingências históricas que se encontram não só materializadas em algumas instituições (Estado, família, leis, etc.) e rituais, como também no interior dos indivíduos no campo do inconsciente, do imperceptível.

Vemos como é central a noção de *habitus* para o autor. Ele liga diretamente este conceito a outras duas concepções: a de “*capital cultural*” e a de “*dominação simbólica*”. Sendo que o *capital cultural* é o conjunto de contingências materiais (quadros, pinturas, acesso a teatro, livros, histórias e lendas, viagens, línguas, etc.) e imateriais (capacidade cognitiva, estruturas de percepção, valores, crenças, etc.) que um indivíduo possui.

Já a *dominação simbólica* advém do “*poder simbólico*” de uma classe ou de um grupo de indivíduos. Tais concepções são muito ricas em Bourdieu, pois não se trata aqui apenas da condição material de dominação de uma classe, ou de um grupo social, sobre outro, mas também de todo um conjunto referencial modelador e impulsionador de comportamentos. Esse complexo referencial é *normatizado* (tido como norma) e *normalizado* (tido como normal, natural) e incorporado tanto pelos dominados, quanto pelos dominadores. Daqui resulta a “*violência simbólica*”:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU: 1999, p. 47)

Ressaltemos dois pontos fundamentais para Bourdieu. Primeiramente, falar em poder, violência e dominação simbólica, não significa lidar com o imaterial ou o surreal. Pelo contrário, tais determinações se expressam concretamente na materialidade e na história. Aliás, quanto a isso, o autor faz questão de lembrar que as estruturas de dominação são produto de um incessante trabalho de reprodução social, portanto, necessariamente históricas.

O outro ponto fundamental é que, para que a violência simbólica se concretize como dominação simbólica dando sustentáculo ao poder de um grupo ou de uma ideologia, isto é,

para que cumpra com seu papel de reprodutora social, é necessário que haja a cumplicidade (por vezes inconsciente) do dominado. É preciso que o dominado pense a partir dos valores e objetivos do dominador.

Ao atribuímos, como faz o mau funcionalismo, os efeitos de dominação a uma vontade única e central, ficamos impossibilitados de apreender a contribuição própria que os agentes (incluindo os dominados) dão, quer queiram quer não, quer saibam quer não, para o exercício da dominação por meio da relação que se estabelece entre as suas atitudes, ligadas às suas condições sociais de produção, e as expectativas e interesses inscritos nas suas posições no seio desses campos de luta, designados de forma estenográfica por palavras como Estado, Igreja ou Partido. (BOURDIEU: 2001, p. 86)

Assim fica fácil entendermos a noção de “*permanências*”. Ou seja, estando a violência, a dominação e o poder incorporados nos indivíduos, em maior ou menor grau, sendo eles dominados ou dominantes – mais ainda, estando essa violência, dominação e poder em níveis, por vezes, quase imperceptíveis, praticamente inconscientes, pois foram naturalizados – é extremamente difícil pensarmos em verdadeiras rupturas. Já que, por mais radicais e alternativas que sejam as propostas de vida, estas foram projetadas por pessoas que incorporaram as determinações sociais em que se formaram. Assim, se é verdade que “*não há reprodução do velho sem uma certa criação do novo*” (Martins: 2000), também é verdade que não há criação do novo sem uma certa reprodução do velho. Isto é, estamos necessariamente fadados a algum grau de *permanências*, de continuidades.

A nosso ver, de maneira nenhuma esta constatação nos impede de tentarmos o novo. O que ela faz é nos alertar quanto à obrigatoriedade de entendermos os meandros da dominação e do poder em sua totalidade (material e simbólica), para então, combatermos as continuidades indesejáveis. Isto é, essa visão, de maneira nenhuma engessa a postura

transformadora e revolucionária, apenas dá à mesma novos instrumentos de compreensão e de luta.

Voltemos mais especificamente a alguns dos problemas da “Economia Solidária”. Vimos que a ES consiste em agrupar trabalhadores(as) em cooperativas, para que juntos, através da “autogestão” e da solidariedade, possam obter trabalho e renda, garantindo assim sua sobrevivência com alguma qualidade de vida. Lembremos que os “vícios” do trabalho compartimentado (imensamente subdividido e fragmentado na produção), a burocracia empresarial capitalista, a hierarquia industrial e a alienação do trabalho assalariado, se constituem em fortes obstáculos à implementação da autogestão (mesmo que reduzida ao interior da cooperativa como nos faz pensar Paul Singer).

As características do homem formado pelo ideário capitalista são incompatíveis com a postura necessária à prática da solidariedade. Exatamente por isso é fundamental buscar entender e operar o *habitus* das pessoas que se pretendem à ES, ou seja, que almejam trabalhar dentro do quadro organizacional-ideológico fomentado pelo movimento da Economia Solidária. Dessa forma, pode-se adequar as atividades organizacionais das cooperativas visando, em boa medida, trazer viabilidade e vigência à “autogestão” solidária.

Praticamente todos os entusiastas da ES, se preocupam com esse trabalho fundamental de “passagem”, ou seja, de desconstrução do trabalhador capitalista típico e de construção do trabalhador “autogestionário” solidário. Peguemos por exemplo o caso do 13º. salário. Ora, pelo fato de não haver trabalho assalariado dentro da cooperativa da ES, não há 13º. salário. Porém, constatou-se que os trabalhadores em geral, ficam muito mais à vontade se realizarem uma retirada a mais no final do ano – posto que a tendência é que realizem uma retirada por mês. Isso é muito forte em boa parte das pessoas que vieram do

trabalho assalariado tradicional, pois estas se acostumaram a contar com um *quantum* a mais no final do ano, tanto para as contas quanto para as compras de natal, festa de ano novo e férias. Esse é um dos vários exemplos que temos, onde uma pequena medida advinda da observação das necessidades simbólicas imediatas dos trabalhadores, facilita a passagem de uma organização econômica-social à outra.

Outro grave entrave para a efetivação da democracia dentro da cooperativa é a tendência geral à burocratização. As pessoas que trabalharam nas empresas capitalistas convencionais têm forte dificuldade em pensar fora da lógica da estrutura burocrática hierárquica do capital. Dessa forma, não é simples nem rápido despertar nas pessoas o interesse pela participação nas assembleias e nas atividades voltadas ao desenvolvimento da conscientização, educação, informação e democracia. Lembremos que a maioria dessas pessoas é composta pelos “desenganados” do mercado capitalista. Assim, o que, de início, as motivou a participarem da Economia Solidária foram suas necessidades imediatas de subsistência, e não uma determinação contestatória, revolucionária, ou algo similar. É preciso muito trabalho educativo e elucidativo para evitar que tais pessoas se acomodem depois de suas conquistas imediatas e deixem de lado a os objetivos transformadores do movimento solidário, que como vimos, são muito mais pretensiosos. A tendência à burocracia deve ser combatida, segundo Paul Singer, pela tendência à democracia, caso ela não exista, é necessário criá-la. Fugir da mentalidade chefe/subordinado é uma das bandeiras do movimento.

Para finalizar, é fundamental falarmos da poderosa presença da alienação do trabalho, mais caracteristicamente, no trabalho assalariado. Essa parece ser também a base do poder simbólico do capital. Pois, através dessa forma de trabalho social, o capital conseguiu, com muita competência, introduzir na mente da grande maioria das pessoas

coisas como o direito do capitalista à mais-valia, ao lucro, enfim, o direito do capitalista ser capitalista e do não-proprietário ser assalariado. A naturalização dessa lei do capital faz com que todos (capitalistas e proletários) vejam o assalariamento e a expropriação da mais-valia como sendo justo, correto e natural. Isso sem mencionar as conseqüências do *fetichismo da mercadoria* tão competidamente analisadas por Karl Marx.

Como se isso não bastasse, as “leis do mercado” (quer dizer, a lógica e a ética presentes no mercado capitalista concorrencial) também foram incorporadas pelos homens e mulheres contemporâneos. Pensar segundo a “*relação custo-benefício*” e de acordo com a “*lei do mais-forte*” tornou-se o que há de mais lúcido e justo a se fazer. Tal mentalidade extrapolou o espaço produtivo, como era de se supor, e vem comandando o comportamento de boa parte da população em todas as instâncias da vida.

Pierre Bourdieu nos alerta sobre a insuficiência da simples “tomada de consciência”, onde afirma ser necessário que, para haver transformação, é preciso uma prática social que combata as estruturas reprodutivas sociais e seus mecanismos de dominação (material e simbólico).

As paixões do habitus dominado (do ponto de vista do gênero, da etnia, da cultura ou da língua), relação social somatizada, lei social convertida em lei incorporada, não são das que se podem sustar com um simples esforço de vontade, alicerçado em uma tomada de consciência libertadora. Se é totalmente ilusório crer que a violência simbólica pode ser vencida apenas com as armas da consciência e da vontade, é porque os efeitos e as condições de sua eficácia estão duradouramente inscritas no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (amor filial, fraterno etc.), ou do dever; sentimento e dever que, confundidos muitas vezes na experiência do respeito e do devotamento afetivo, podem sobreviver durante muito tempo depois de desaparecidas suas condições sociais de produção. (BOURDIEU: 1999, p. 51)

Pelo fato de o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mitificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes. (BOURDIEU: 1999, p. 54)

Acreditamos que Bourdieu tem muita razão nas afirmações acima. Afirmações estas que servem para escaparmos das artimanhas do idealismo ingênuo e do imobilismo descrente, pois nos remete à concretude, até mesmo à concretude do simbólico, até mesmo à *materialização do abstrato*, da visualização do *poder do imperceptível*... que são frutos da dialética da materialidade com o arcabouço cultural-ideológico-simbólico.

Aqui, extrapolamos com gosto o tema do texto, o legado do autor acima são lições valiosas para qualquer movimento social que se pretenda sério, que se pretenda ser ouvido, que se pretenda transformador de algo.

CONCLUSÃO

Como dissemos a idéia deste texto foi de analisar científica e metodicamente, não o professor Paul Singer (pois não somos psicólogos), não o mérito ou demérito da “Economia Solidária” (pois não somos juízes), mas sim, tentamos clarear o campo conceitual e prático para que pudéssemos avançar no entendimento do tema, donde compreendemos a Economia Solidária enquanto fenômeno social realmente existente.

Concluimos no primeiro capítulo que Singer, sob um determinado prisma, vê a Economia Solidária como sendo um modo de produção existente e alternativo ao capitalismo. Para sustentar este entendimento, o autor vai apresentar um conjunto de especificidades à ES – quais sejam, a fusão entre capital e trabalho, a democracia administrativa (“autogestão”), e a ausência de lucro – cujas quais, na visão do referido autor, caracterizariam necessariamente a “Economia Solidária” como outro modo de produção, ainda que dentro do capitalismo hegemônico.

Vimos também que tal concepção seria uma contradição em si, até mesmo do ponto de vista teórico, pois o autor se contradiz várias vezes dizendo que a economia solidária “*compõe a formação social capitalista*”, estando sob a regência de sua lógica geral, tanto do ponto de vista produtivo-material quanto do ponto de vista da ideologia e da cultura do capital.

Em seguida, apresentamos a economia solidária enquanto movimento social realmente existente no Brasil a partir de 1980. Apontamos que os empreendimentos que hoje se somam ao movimento solidário têm suas raízes no cooperativismo. E que tais práticas perpassam por toda história nacional. Porém, uma mudança no quadro econômico-social do país (precarização, flexibilização e desregulamentação do trabalho, sucateamento

e eliminação de políticas públicas de auxílio e assistência social às classes trabalhadoras, globalização econômica, aumento progressivo da taxa de desemprego, etc.) fez com que tanto as atividades cooperativistas aparecessem aqui e ali, quanto agrupou um grande número de entidades da sociedade civil que enxergou nessas iniciativas trabalhistas uma via de transformação social.

Observamos algumas passagens dos textos referenciais da SENAES em que se constata o grau de dificuldade que tal Secretaria vem encontrando até mesmo para formular o conceito de “Economia Solidária”, o que se dirá para executar seu trabalho enquanto órgão de fomento, difusão e apoio ao movimento solidário.

Tentamos demonstrar que, se acompanharmos Paul Singer no entendimento da “Economia Solidária” enquanto modo de produção futuro, então, tal ES seria uma idealização (mas não um idealismo), uma figura utópica.

Por isso, preferimos ver a Economia Solidária como sendo um movimento sócio-econômico real que carregaria em seu bojo uma gama de possibilidades, para o bem ou para o mal, ou seja, para a melhoria das condições de vida daqueles que a compõem ou para o aumento da miséria geral por se tornar mais uma personificação da exploração do capital.

Para terminar, apresentamos um conjunto de possíveis contribuições para o desenvolvimento da ES: mecanismos e medidas práticas (oferecidos por Singer) e auxílio teórico-metodológico para a compreensão dos problemas e desafios reais à qualquer projeto de transformação social (oferecidos por Bourdieu).

Todavia, acreditamos que a maior contribuição para que o movimento sócio-econômico denominado de Economia Solidária possa atingir patamares interessantes do ponto de vista da transformação social positiva, já foi dada por Karl Marx quando este falava do cooperativismo do século XIX.

Em uma passagem interessante, Marx concorda que o cooperativismo só poderia trazer contribuições significativas para a construção de um outro modo de produção se, e somente se, enquanto conjunto de grandes proporções e guiado por uma identidade (“*fraternidade*”) de classe, a identidade da classe operária.

Acompanhemos:

Ao mesmo tempo, a experiência do período decorrido entre 1848 e 1864 provou acima de qualquer dúvida que, por melhor que seja em princípio, e por mais útil que seja na prática, o trabalho cooperativo, se mantido dentro do estreito círculo dos esforços casuais de operários isolados, jamais conseguirá deter o desenvolvimento em progressão geométrica do monopólio, libertar as massas, ou sequer aliviar de maneira perceptível o peso de sua miséria. É talvez por essa mesma razão que, aristocratas bem intencionados, porta-vozes filantrópicos da burguesia e até economistas penetrantes, passaram de repente a elogiar *ad nauseam* o mesmo sistema cooperativista de trabalho que tinham tentado em vão cortar no nascedouro, cognominando-o de utopia de sonhadores, ou denunciando-o como o sacrilégio de socialistas. Para salvar as massas laboriosas, o trabalho cooperativo deveria ser desenvolvido em dimensões nacionais e, conseqüentemente, incrementado por meios nacionais. [...]

Um elemento de êxito os trabalhadores possuem – número; mas os números só pesam na balança quando unidos pela associação e encabeçados pelo conhecimento. A experiência passada demonstrou como a negligência desse laço de fraternidade que deve existir entre os operários de diferentes países e incitá-los a manter-se firmemente unidos em todas as suas lutas pela emancipação, será castigada com o fracasso comum de seus esforços isolados. [...] Proletários de todos os países, uni-vos!” (MARX: 19- ,p. 319-321)

As interpretações estão sendo feitas, os conceitos estão sendo formulados, as propostas e os projetos surgem a cada dia, as possibilidades estão postas, e estarão postas

enquanto o ser humano existir. Cabe agora, assim como sempre foi, que os homens e as mulheres viventes percorram um caminho que se faz ao caminhar.

=&=

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ADORNO, T. **Dialética do Esclarecimento**. RJ: Jorge ZAHAR, 1985.
- ANTEAG **Empresa Social e Globalização: Administração autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente**. ANTEAG – São Paulo, 1998.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho? – ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 7.ed. Campinas/SP: Cortez, 2000.
- _____. et al. **A Dialética do Trabalho: escritos de Marx e Engels**. SP: Expressão Popular, 2004.
- ARON, R. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. SP: Martins Fontes, 1999.
- BORON, A. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. RJ: Paz e Terra, 1994.
- BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Campinas/SP: Papyrus, 1996.
- _____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1998.
- _____. **A Dominação Masculina**. RJ: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. **O Poder Simbólico**. 4.ed. RJ: Bertrand Brasil, 2001.
- (COMISSÃO GULBENKIAN) **Para Abrir as Ciências Sociais**. SP: Cortez, 1996.
- CHOMSKY, N. **A minoria Próspera e a Multidão Inquieta**. 2.ed. Brasília: UnB, 1999.
- _____. **A democracia e os mercados na nova ordem mundial**. Lisboa: Antígona, 2000.
- CRÚZIO H. de O. **Ideologia e Autogestão. Contradição do Cooperativismo Agropecuário/Industrial Brasileiro: o caso da inversão decisória**. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Administração na FGV/EAESP. SP: 1994.

- DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. 4.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- DIEESE. **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: artigos dos pesquisadores**. São Paulo: DIEESE, 1999.
- _____. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001.
- DOWBOR, L. **A Reprodução Social – propostas para uma Gestão Descentralizada**. 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999, pág. 353-438.
- FANON, F. **Os condenados da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. São Paulo: Cortez, 2003.
- GRAMSCI, A. Americanismo e Fordismo. In: **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**. 4.ed. RJ: Civilização Brasileira, 1980.
- GUILLEM, A. & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.
- HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. SP: Loyola, 1994 (escrito em 1989).
- KONDER, L. **O que é dialética**. col. Primeiros Passos, n.º 23. 15.ed. SP: Brasiliense, 1986.
- KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. 7. ed. SP: Paz e Terra, 2002.
- LESSA, S. ‘Trabalho imaterial’: Negri, Lazzarato e Hardt. In: Revista Estudos de Sociologia, ano 6, nº 11, p. 119-143. FCL/UNESP/Araraquara/SP: 2001.
- LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?**. 2.ed. SP: Expressão Popular, 2001.
- MARTINS, J. de S. **A sociabilidade do homem simples: Cotidiano e História na Modernidade Anômala**. SP: HUCITEC, 2000.
- MARTORANO, L. Elementos do Estado Socialista na Comuna de Paris. In: BOITO JR., A. **A Comuna de Paris na história**. SP: Xamã, 2001.
- MARX, K. A lei geral da acumulação capitalista. In: **O Capital**. col. Os Economistas, vol. I – tomo 2. SP: Abril Cultural, 1984.

- _____. **A Miséria da Filosofia**, trad. José Paulo Netto. Col. Bases, n.º 46. SP: Global, 1985.
- _____. Manifesto de lançamento da Associação Internacional dos Trabalhadores. In: **Karl Marx e Friedrich Engels: Textos**. vol. III. SP: Alfa-Omega, [19-]
- MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Campinas/SP: Boitempo, 2002.
- _____. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. Campinas/SP: Boitempo, 2003.
- _____. **O poder da Ideologia**. Campinas/SP: Boitempo, 2004.
- MORAES NETO, B. R. **Marx, Taylor, Ford: as forças produtivas em discussão**. 2.ed. SP: Brasiliense, 1991.
- MOTTA, F. C. P. **O que é burocracia**. col. Primeiros Passos, vol. 21. 13.ed. SP: Brasiliense, 1991.
- NOVAES, H. T. **Para além da apropriação dos meios de produção? – O processo de adequação sócio-técnica em fábricas recuperadas**. – Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. CAMPINAS/SP: UNICAMP, 2005.
- Pablo Gentili & Gaudêncio Frigotto . et al. **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. [Buenos Aires, Argentina]/ CLACSO – SP: Cortez, 2001.
- POTENGY, G. “*Relações de trabalho e carreira nos anos 90 – tecnologia e flexibilidade na ‘grande rede’*”. RJ: Revista Contemporaneidade e Educação. Ano VI. nº 10. 2ºsem/2001.
- QUEIROZ, B. N. **A Autogestão Iugoslava**. SP: Brasiliense, 1988.
- SADER, E. **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. et. al. RJ: Paz e Terra, 1995.

- _____. **Pós-neoliberalismo II: Que Estado para que democracia?.** et. al. RJ: Vozes, 1999.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** 3.ed. RJ: Record, 2000.
- SANTOS, B. de S. et. al. **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista.** RJ: Civilização Brasileira, 2002.
- SCHERER-WARREN, I. **Cidadania Sem Fronteiras: ações coletivas na era da globalização.** SP: HUCITEC, 1999.
- SENNETT, R. **A corrosão do caráter: conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo.** RJ: RECORD, 1999.
- SILVA JÚNIOR, A. R. da, **Neoliberalismo na América Latina: o processo de ajuste da economia do México no período 1982 a 1997 – dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista – Araraquara/SP: UNESP, 2000.**
- SINGER, P. **O que é socialismo, hoje.** Petrópolis/RJ: Vozes, 1980.
- _____. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo.** 2.ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.
- _____. **Para entender o mundo financeiro (1932).** São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Globalização e Desemprego: diagnósticos e alternativas.** 4.ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- _____. **Introdução à Economia Solidária.** SP: Fundação Perseu Abramo, 2002a.
- _____. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. S. et al. **Produzir para viver: os caminhos da produção não-capitalista.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. et al. **A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2003.

TRAGTENBERG, M. **Burocracia e Ideologia**. cap. V. SP: Ática, 1992.

VIEITEZ, C. G. et. al. **A Empresa sem Patrão**. Marília/SP: UNESP, 1997.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**, col. A obra-prima de cada autor. SP: Martin Claret, 2003.

WEBGRAFIA

BACIC, M. J. et. al. **Empreendedorismo x Cooperativismo: Um Estudo de Caso das Cooperativas Incubadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/Unicamp**. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq68.doc>. Acessado 2005.

CONSTANTINO, A. K. **Marx e o Cooperativismo**. Disponível em: <http://www.itcp.unicamp.br/site/itcp/arq66.doc>. Acessado em 2005.

CRUZ, A. **As condições históricas do aparecimento da “economia solidária” no Brasil: as tendências do mercado de trabalho**. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc7.doc. Acessado em: 2005.

_____. **O MAR E A TERRA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA**. DISPONÍVEL EM: HTTP://WWW.ITCP.UNICAMP.BR/SITE/DOWNLOADS/EXT_DOC3.DOC. ACESSADO EM 2005.

GALVÃO, M. N. & CITUENTES, R. **Cooperação, autogestão e educação nas novas configurações do trabalho**. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc12.doc. Acessado em 2005.

LECHAT, N. M. **As raízes históricas da economia solidária no Brasil**. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/site/downloads/ext_doc2.doc. Acessado em: 2005.

LIMA, J. **Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego na indústria de vestuário**. Disponível em: : <http://www.geocities.com/ptreview/15-lima.html>. Acesso em 2004.

_____. **Qualidade e Precarização: organização da produção e gestão do trabalho no setor do vestuário**. Disponível em: <http://www.geocities.com/ptreview/12-lima.html#EndNote1>. Acessado em 2004.

_____. **A teoria do capital social na análise de políticas públicas**. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgs/politica/17-lima.html>. Acessado em 2004.

LISBOA, A. de M. **Economia Solidária: Similia, similibus curentur**. Disponível em: <http://www.milenio.com.br/ifil/rcs/biblioteca/lisboa1.htm>. Acesso em 2006.

NASCIMENTO, C. **Do “BECO dos SAPOS” aos CANAVIAIS de CATENDE**. disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/default.asp>. Acesso em 2005.

POTENGY, G. **Jogar ou trabalhar? Relações sociais, espaço e tempo no trabalho na Internet.** Disponível em: <http://136.142.158.105/Lasa2001/FrancoPotengyGiselia.pdf>. Acesso em 2006.

_____. [et. all] **Trabalho e estratégias formativas: um exemplo empírico.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/n120/a07n120.pdf>. Acesso em 2006.

SENAES. **Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária – SIES.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

_____. **Plano de Ação 2004.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

_____. **Plano Nacional de Qualificação – PNQ.** in: Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

_____. **Manual de Cooperativas,** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

_____. **Centros Públicos de Economia Solidária.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

_____. **A autogestão e o ‘novo cooperativismo’.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria>. Acesso em 2004.

SINGER, P. **Crise do trabalho e economia solidária.** Disponível em: <http://br.groups.yahoo.com/group/itcpararaquara/> [>arquivos >textos para download]. Acesso em 2002.

_____. **Em defesa dos direitos dos trabalhadores.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

_____. **Desenvolvimento: significado e estratégia.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

_____. **É possível o desenvolvimento das comunidades pobres?.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

_____. **Cooperativas de trabalho.** Disponível em: <http://www.mte.gov.br/Empregador/EconomiaSolidaria/TextosDiscussao/>. Acesso em 2005.

_____. **Entrevista** ao Grupo de Estudos e Extensão em Desenvolvimento Econômico e Social (GEEDES) da Universidade de São Paulo em 21/09/2003. Disponível em: <http://www.economia.esalq.usp.br/~geedes/entrevista.html>. Acesso em 2006.

_____. **Entrevista** feita pelo professor de ciência política da USP Fernando Haddad na revista Teoria e Debate n ° 35 jul/ago/set de 1997. Disponível em: http://www.fpabramo.org.br/td/Td35/td35_entrevista02.htm. Acesso em 2006.

_____. **Entrevista** feita por Renato Rovai e Anselmo Massad. Disponível em: http://www.revistaforum.com.br/vs3/artigo_ler.aspx?artigo=a3c7dea5-994a-47e0-ad05-45b291dd25f8. Acesso em 2006.

= & =